

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Felipe Orion Volino

**ANÁLISE DO INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO CHINÊS NA
AMÉRICA DO SUL ENTRE 2001 A 2018**

Santa Maria, RS
2019

Felipe Orion Volino

ANÁLISE DO INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO CHINÊS NA AMÉRICA DO SUL ENTRE 2001 A 2018

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Relações Internacionais**.

Orientador: Profº Drº. Arthur Coelho Dornelles Júnior

Santa Maria, RS
2019

Felipe Orion Volino

ANÁLISE DO INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO CHINÊS NA AMÉRICA DO SUL ENTRE 2001 A 2018

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Relações Internacionais**.

Aprovado em 5 de dezembro de 2018:

Arthur Coelho Dornelles Jr. Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Bruno Hendler, Dr. (UFSM)

Thomaz Santos, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

DEDICATÓRIA

À minha família, em especial ao meu pai e à minha mãe, e à minha parceira Bruna. Dedico, também, a todos os meus amigos, recentes e os mais antigos, que de alguma forma me ajudaram e me apoiaram nessa etapa.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho ocorreu pelo auxílio e pelo apoio de diversas pessoas. Portanto agradeço a todos que contribuíram não somente para a conclusão deste estudo, mas também para esta etapa da minha vida.

Em especial, agradeço ao meu orientador, professor Arthur Coelho, por todo auxílio prestado, pelos incentivos e pela dedicação, além da paciência e compreensão que teve e principalmente pelos ensinamentos passados. Também agradeço aos meus pais, Otávio e Susete, pelo apoio incondicional, por toda presença nos momentos mais difíceis, por todo carinho, e principalmente por todos os ensinamentos e incentivos. Agradeço por não medirem esforços para me proporcionar meios de adquirir conhecimentos, usando como justificativa que o estudo sempre é um investimento, e não um gasto.

Ainda em especial, à minha namorada, Bruna, pela paciência nesse período, pelo carinho e pelo auxílio prestado em todo esse trajeto, sempre me ajudando a continuar e a não desistir. Também aos meus amigos presentes em todas as etapas dessa caminhada, sempre me ajudando, seja por meio de risadas, conselhos, pela paciência ou descontração. Vocês, sejam amigos e amigas de muito tempo ou mais recentes, obrigado por todos os momentos que compartilhamos juntos.

Enfim, a todos que me fizeram ser quem eu sou hoje, proporcionando uma versão melhor de mim mesmo a cada dia.

RESUMO

ANÁLISE DO INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO CHINÊS NA AMÉRICA DO SUL ENTRE 2001 A 2018

Autor: Felipe Orion Volino

Orientador: Arthur Coelho Dornelles Júnior

Este trabalho tem como objetivo analisar o Investimento Externo Direto chinês na América do Sul entre os anos de 2001 a 2018, especificamente nos Estados que mais receberam aplicações chinesas nos setores de energia e transporte, são eles: Argentina, Brasil, Equador, Peru e Venezuela. O estudo realizado se baseou nos dados apresentados pelo *American Enterprise Institute*, *think tank* norte americano sobre o tema apresentado. Ao utilizar-se de um estudo de casos múltiplos, o AEI elenca quatro variáveis para analisar o Investimento Externo Direto chinês, sendo eles: i) o montante investido; ii) os principais investimentos; iii) os objetivos práticos dos mesmos; iv) a estratégia de investimento utilizada pela China. Ao término desta análise, constatou-se que há um padrão utilizado pela China para investir na região latina e o Estado asiático mantém uma forte influência para direcionar as aplicações em outros países. Portanto, concluiu-se que a China utiliza-se de sua capacidade econômica para atender às suas demandas estratégicas.

Palavras-Chave: América do Sul; China; Energia; Investimento Externo Direto; Transporte.

ABSTRACT

ANALYSIS OF CHINESE DIRECT EXTERNAL INVESTMENT IN SOUTH AMERICA BETWEEN 2001 TO 2018

Author: Felipe Orion Volino

Advisor: Arthur Coelho Dornelles Junior

This paper aims to analyze Chinese Foreign Direct Investment in South America from 2001 to 2018, specifically in the states that received the most Chinese applications in the energy and transportation sectors: Argentina, Brazil, Ecuador, Peru, and Venezuela. The study was based on data presented by the American Enterprise Institute, a North American think tank on the topic presented. Using a multiple case study, AEI lists four variables to analyze Chinese Foreign Direct Investment, namely: the amount invested; the main investments; their practical objectives and the investment strategy used by China. At the end of this analysis, it was found that there is a pattern used by China to invest in the latin region and the Asian state has a strong influence on target applications in other countries. Therefore, it is concluded that China uses its economic capacity to meet its strategic demands.

Keywords: South America; China; Energy; Foreign direct investment; Transport.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	BREVE HISTÓRIA DA CHINA E SEU DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
	POR MEIO DO IED.....	11
2.1	História Chinesa até a Reforma de 1978.....	11
2.2	Conceituação do Investimento Externo Direto.....	15
2.3	Reforma Econômica Chinesa.....	21
2.4	Conclusões do Capítulo.....	26
3	INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO CHINÊS NA AMÉRICA DO SUL.....	28
3.1	Investimentos Chineses em Energia na Argentina.....	29
3.1.1	Volumes de IED chinês em energia na Argentina.....	30
3.1.2	Principais investimentos chineses na Argentina.....	32
3.1.3	Principais objetivos práticos.....	34
3.1.4	Principais estratégias de investimento.....	35
3.2	Investimentos Chineses em Energia no Brasil.....	36
3.2.1	Volumes de IED chinês em energia no Brasil.....	37
3.2.2	Principais investimentos no Brasil.....	38
3.2.3	Principais objetivos práticos.....	40
3.2.4	Principais estratégias de investimento.....	41
3.3	Investimentos Chineses em Energia no Equador.....	42
3.3.1	Volume de IED chinês em energia no Equador.....	42
3.3.2	Principais investimentos no Equador.....	43
3.3.3	Principais objetivos práticos.....	44
3.3.4	Principais estratégias de investimento.....	45
3.4	Investimentos Chineses em Energia no Peru.....	46
3.4.1	Volume de IED chinês em energia no Peru.....	46
3.4.2	Principais objetivos práticos.....	47
3.4.3	Principais estratégias de investimento.....	49
3.5	Investimentos Chineses em Energia na Venezuela.....	49
3.5.1	Volume de IED chinês em energia na Venezuela.....	50
3.5.2	Principais investimentos na Venezuela.....	52
3.5.3	Principais objetivos práticos.....	53
3.5.4	Principais estratégias de investimento.....	54

3.6	Conclusões do Capítulo.....	55
4	INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO CHINÊS NO SETOR DE TRANSPORTE.....	58
4.1	Investimentos Chineses em Transporte na Argentina.....	58
4.1.1	Volumes de IED chinês transporte na Argentina.....	58
4.1.2	Principais investimentos chineses na Argentina.....	59
4.1.3	Principais objetivos práticos.....	60
4.1.4	Principais estratégias de investimento.....	61
4.2	Investimentos Chineses em Transporte no Brasil.....	61
4.2.1	Volumes de IED chinês em transporte no Brasil.....	61
4.2.2	Principais investimentos no Brasil.....	62
4.2.3	Principais objetivos práticos.....	63
4.2.4	Principais estratégias de investimento.....	65
4.3	Investimentos Chineses em Transporte no Equador.....	65
4.3.1	Volumes de IED chinês em transporte no Equador.....	65
4.3.2	Principais investimentos no Equador.....	66
4.3.3	Principais objetivos práticos.....	67
4.3.4	Principais estratégias de investimento.....	68
4.4	Investimentos Chineses em Transporte no Peru.....	68
4.4.1	Volumes de IED chinês em transporte no Peru.....	68
4.4.2	Principais objetivos práticos.....	70
4.4.3	Principais estratégias de investimento.....	71
4.5	Investimentos Chineses em Transporte na Venezuela.....	71
4.5.1	Volumes de IED chinês em transporte na Venezuela.....	71
4.5.2	Principais investimentos na Venezuela.....	72
4.5.3	Principais objetivos práticos.....	73
4.5.4	Principais estratégias de investimento.....	73
4.6	Conclusões do capítulo.....	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
6	REFERÊNCIAS.....	82

1. INTRODUÇÃO

Com o início do século XXI, percebe-se uma acentuação na economia chinesa, a qual começa a investir amplamente em outras regiões, principalmente, na América do Sul. O fator principal, que permitiu o Estado chinês a desenvolver-se desse modo, foi a reforma econômica adotada por Deng Xiaoping. Ele utilizou os Investimentos Externos Diretos (IEDs) para fortalecer setores importantes da sua economia. Por meio dos IEDs, a China conseguiu se transformar em um dos maiores Estados exportadores de investimentos no mundo. Buscando atender às suas demandas, o país asiático iniciou uma série de aplicações, na América do Sul, em 2005, as quais fortaleceram-se após 2010.

Devido a esse aumento, no volume de aplicações realizadas pela China na região latina, e a grande importância, sobretudo, estratégica, dos IEDs, há um grande impacto nos países que são alvos dessas aplicações. Isso, também, ocorre por causa da transferência de tecnologias e pelo país possibilitar a intensificação nas relações, não somente comerciais, como também políticas entre o Estado investidor e o receptor.

Portanto, o presente estudo buscou analisar os Investimentos Externos Diretos chineses na América Latina, entre 2001 a 2018, nos cinco Estados que mais receberam aplicações no setor energético e no de transportes - ambos setores consistem em infraestrutura e são estratégicos para o Estado. Os países elencados são a Argentina, o Brasil, o Equador, o Peru e a Venezuela. Vale ressaltar que o período determinado é devido ao ingresso da China na OMC, o que garantiu uma segurança jurídica para a realização de acordos internacionais.

Neste trabalho, adotou-se quatro variáveis para realizar a análise, essas possibilitam uma caracterização do IED, são elas: i) o montante investido; ii) os principais investimentos; iii) os objetivos práticos; iv) o tipo de investimento. A partir dessas considerações, visa-se responder a seguinte pergunta: Quais estratégias foram utilizadas pela China para inserir seu capital na região?

A pesquisa faz-se necessária, pois o tema abrangido é relativamente novo por mais que existam inúmeros estudos tratando sobre fluxos de IED chinês na América do Sul, há uma carência nas análises sobre quais foram os projetos desenvolvidos a partir desses investimentos e sobre quais motivos levaram a China

a aplicar nesses projetos. Dessa forma, o presente estudo foi estruturado para sanar essa lacuna. Devido à notória importância desses investimentos, é indispensável que existam estudos sobre esse tema, principalmente, para o Brasil, que pode basear-se nas estratégias utilizadas pela China para desenvolver-se e, assim, adaptar para a sua situação.

Neste trabalho, utilizou-se como metodologia uma análise de casos múltiplos. De acordo com Robert K. Yin (2001), uma pesquisa pode ser o estudo de algum evento, neste caso, o fluxo de IED chinês em dois setores econômicos, com a lógica de “prever resultados semelhantes” ou “produzir resultados contrastantes” (YIN, Robert, 2001, p. 69). Dessa forma, para compreender esses investimentos, é imprescindível compará-los, a fim de analisar se os resultados se repetem ou se são antagônicos. A principal fonte de dados utilizada foi a apresentada pelo *Think Tank* norte-americano *American Enterprise Institute*, o qual apresenta os fluxos do capital chinês para investimentos superiores a US\$ 100 milhões.

Para atingir os objetivos, este estudo está estruturado em quatro capítulos. No primeiro, descreve-se, brevemente, a história chinesa até a realização de suas reformas. Após, apresenta-se as possíveis classificações do Investimento Externo Direto e a perspectiva adotada para o trabalho, logo retorna-se às reformas econômicas chinesas.

No segundo capítulo, analisa-se os investimentos realizados no setor energético. Para isso, eles são divididos em cinco tópicos, a fim de atender aos cinco Estados selecionados. Cada tópico divide-se em mais quatro subtópicos, nestes são realizadas as análises das variáveis.

A estrutura do terceiro capítulo é semelhante ao segundo, contudo, trata dos investimentos em transportes no período destacado. Por fim, no quarto capítulo, realiza-se as considerações finais sobre o trabalho.

2. BREVE HISTÓRIA DA CHINA E SEU DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO POR MEIO DO IED

O presente capítulo tratará, primeiramente, sob uma perspectiva histórica, da apresentação de alguns fatos relevantes da história chinesa até o início das reformas econômicas chinesas, as quais serão explicadas no fim do capítulo. Após essa introdução histórica, serão apresentados alguns conceitos sobre o Investimento Externo Direto, os quais utilizei para a análise das aplicações chinesas nos setores já mencionados.

2.1 História Chinesa até a Reforma de 1978

A China é uma das civilizações mais antigas do mundo, com uma história original e muito rica. O país tem mais de 5 mil anos e desempenha um importante papel para os povos orientais. Sua tradição, talvez, por ser milenar, é muito rígida, principalmente, por manter-se sempre viva, independente da época. Os primeiros exploradores que conseguiram adentrar, no Oriente, foram os portugueses na primeira metade do século XVI. Contudo, as relações comerciais dificultaram-se pelo fato da China estar fechada ao mundo, além disso, seus líderes, monarcas e senhores feudais, são considerados altamente xenofóbicos.

No século XIX, a China se tornou refém do ópio, que era contrabandeado pela Inglaterra. Membros da alta nobreza chinesa eram usuários da substância, fator que gerou muitas revoltas populares contra a presença de estrangeiros na China. Uma das mais conhecidas foi a Revolta dos Boxers (1899-1900), a qual resultou em uma maior abertura da China para o mundo exterior. Isso aconteceu em consequência do país ser derrotado pela Inglaterra, pelo fato dos chineses estarem muito atrasados militarmente em relação ao país britânico.

“Em meia dúzia de compromissos ao longo da costa sudeste, as canhoneiras da Grã-Bretanha venceram a guerra do ópio de 1839-1842 e

garantiram o acordo de Quing ao Tratado de Nanjing em agosto de 1842"¹ (KING, John e GOLDMAN, Merle, 2006, p. 200, tradução do autor).¹

A abertura chinesa, de modo geral, foi resultado dessa derrota, pois permitiu que o Tratado de Nanjing fosse aceito. Esse tratado, assinado entre o país britânico e a China Manchu, possibilitou que a “guerra do ópio” terminasse. Entretanto, ele é visto como desigual para a China, pois, como é possível observar, ele objetiva permitir uma maior aproximação do ocidente no Estado chinês, principalmente, na liberação para a realização de comércio (KING, John e GOLDMAN, Merle, 2006).

No começo do século XX, a China se tornou uma área repartida entre os principais Estados europeus. Em vista disso, em 1900, fundou-se o Partido Nacionalista na China, mais conhecido como *Kuomintang*, que tinha como líder Sun Yat-Sem. O objetivo desse partido era de eliminar a monarquia, expulsar os estrangeiros e criar uma China moderna e capitalista. Em 1911, conseguiram eliminar a monarquia, instalando, assim, um regime presidencialista. Todavia, em 1925, Sun Yat-Sem morreu, e Chiang Kai-Shek se tornou o chefe do *Kuomintang*, que se uniu ao partido Comunista Chinês (PCC), e venceu as eleições. Contudo, em 1927, ocorreu uma rebelião operária que foi reprimida, com violência, por Chiang Kai-Shek, isso resultou na separação dos dois partidos, que iniciaram uma corrida pelo poder.

O Japão acabou aproveitando-se da debilidade Chinesa e invadiu a Manchúria em 1931. Junto a essa invasão, Mao Tse Tung, juntamente, com um grupo de 90 mil comunistas, realizaram uma longa caminhada, chamada posteriormente de “A longa marcha”, que teve aproximadamente 9 mil Km pelo norte do país. Isso os tornou “heróis” para a população e resultou no movimento maoísta.

“A Longa Marcha sempre pareceu um milagre, mais documentada do que Moisés guiando seu Povo Escolhido pelo Mar Vermelho. (Seis mil milhas em um ano atingem a média de dezessete milhas todos os dias.) Como

¹ “In half a dozen engagements along the southeast coast, Britain's gunboats won the Opium war of 1839-1842 and secured Quing agreement to the Treaty of Nanjing in August 1842.” (KING, John e GOLDMAN, Merle, 2006, Pp. 200).

tantas tropas e organizadores de festas foram tão longe a pé tão rápido? A resposta, é claro, é que apenas os líderes e uma proporção muito pequena das tropas foram até o fim" (KING, John e GOLDMAN, Merle, 2006, p. 305, tradução do autor).²

Para conter o avanço das tropas japonesas, em 1938, o PCC e o *Kuomintang* realizaram uma aliança. Porém, o Partido Nacionalista estava dominado pela corrupção, deixando todo o trabalho para o PCC, que criou o "Exército Vermelho", o qual defendeu a China até 1945. Nesse ano, o Japão acabou retirando as suas tropas.

No ano de 1949, ocorreu a divisão política da China. De um lado a parte continental e do outro a parte insular. Na parte continental, tinha a China Popular, controlada pelo PCC. O Partido Comunista acabou expulsando o *Kuomintang*, a burguesia chinesa, e os intelectuais para a parte insular, ou seja, Taiwan, a China Nacionalista. Esta última está aliada com os EUA até os dias atuais, ao passo que a primeira se aliou à URSS até os anos 60. No primeiro dia de outubro de 1949, a República Popular da China foi estabelecida oficialmente e tinha como líder Mao Tse Tung. Tudo isso originou a versão chinesa do socialismo, o que acarretou uma profunda transformação econômica.

"Começamos com a consolidação do controle político do PCCh de 1949 a 1953 e, em seguida, a transição econômica para a agricultura "socialista" (coletivizada) e a industrialização no estilo soviético de 1954 a 1957. A partir de 1958, a população trabalhadora na agricultura seria organizada em um sistema de produção que duraria vinte anos, até a morte de Mao em 1976" (KING, John e GOLDMAN, Merle, 2006, p. 343, tradução do autor).³

² "The Long March has always seemed like a miracle, more documented than Moses leading his Chosen People through the Red Sea. (Six thousand miles in a year averages out at seventeen miles every single day.) How did so many troops and party organizers go so far on foot so fast? The answer, of course, is that only the leaders and a very small proportion of the troops did go all the way."

³ "We begin with the CCP consolidation of political control from 1949 to 1953 and then the economic transition to "socialist" (collectivized) agriculture and Soviet-style industrialization from 1954 to 1957. From 1958 the working populace in agriculture would be organized in a system of production that would last for twenty years, until after Mao's death in 1976."

O programa econômico adotado se baseou no estilo soviético, o qual dava prioridade às indústrias de base. Esse novo regime tinha como interesse principal combater o imperialismo e o latifúndio. A nova economia chinesa adotou como princípio a ideia de que a produção é visada para suprir as necessidades sociais. Ou seja, as empresas estatais, que seriam as fábricas, as quais haviam sido expandidas, não tinham como objetivo principal o lucro. O uso das forças produtivas, dessa forma, constitui o uso apropriado, o qual tem como base o socialismo.

O PCC visava a industrialização do país, por isso, usou como base a política do “Grande Salto em Frente”, a qual tinha como interesse desenvolver a pequena indústria e aumentar a produção agrícola. Contudo, o salto chinês baseava-se na coletivização em massa dos campos e das siderúrgicas, o que gerou resultados problemáticos expressos pelas baixas produtividade, qualidade e burocracia excessiva (KING, John e GOLDMAN, Merle, 2006). Estes eram similares aos apresentados na URSS. Mesmo com a retirada de Mao do poder, em 1960, ele retornou seis anos depois e apontou que os partidários tinham interesses da direita e que era necessária uma campanha de “valores culturais socialistas”. Isso causou a “Revolução Cultural”, de 1966 até 1976. Uma das peças-chave, dessa revolução, foi o livro “Livro Vermelho”, o qual divulgava os pensamentos de Mao. O auge da revolução, proposta por ele, foi do ano de 1966 até o de 1969. Nesse período, fábricas e universidades foram fechadas, pois, para ele, através do “saber” poderiam ser passados valores contrários aos seus, sobretudo facciosos, sendo assim, era proibido a entrada de valores e de ideias ocidentais.

Devido à violenta “revolução cultural” proposta por Mao, a população chinesa passou a enxergá-lo de outras maneiras. Além disso, no mundo, há a queda do imperialismo, o que reforçou a ideia de que a atuação de Mao e seus líderes estava equivocada. Surgiu, então, um interesse da população chinesa em conhecer o exterior, ou seja, um interesse em que a China participasse mais do mundo e não permanecesse fechada (KING, John e GOLDMAN, Merle, 2006).

A partir de 1970, aumentou a inserção da China no cenário internacional, principalmente, pelo fato de estabelecer relações com os países capitalistas, aproximando-se dos EUA. Graças a isso, em 1971, a China é admitida como

membro permanente do Conselho de Segurança. Com a morte de Mao Tse Tung, em 1976, Deng Xiaoping volta a assumir função de Vice Primeiro Ministro e de Vice-Presidente do PCC, além de Chefe do Estado-Maior das forças armadas. O que possibilitou que implementasse as reformas econômicas de 1978, as quais transformaram a China.

Em 1978, iniciaram-se as reformas propriamente ditas. Estas se concentraram, primeiramente, nas áreas rurais, contudo, expandiram-se para as cidades em 1984. Além disso, para buscar a internacionalização de suas empresas, o governo da China estabeleceu alguns pontos principais da sua reforma econômica, são eles:

“Encorajar o desenvolvimento e a diversificação econômica; criar um grupo moderno de empresas para atender as demandas da economia de mercado; unificar e abrir o sistema de mercado na China; transformar a administração econômica do governo a fim de estabelecer um sistema de controle macroeconômico; encorajar a formação de empreendedores privados; formular um sistema de segurança social para o campo e para a cidade, assim como promover um generalizado crescimento econômico compatibilizando-o com o controle político centralizado e a estabilidade social.” (VIRMOND ET COELHO, 2008 p.21).

2.2 Conceituação do Investimento Externo Direto

Para conseguir estabelecer as reformas, citadas anteriormente, é preciso considerar os Investimentos Externos Diretos que a China recebeu e o próprio governo chinês como parte importante desse processo. Esta seção tratará sobre os IED, e a próxima sobre como a China conseguiu utilizar estes IED para expandir sua economia e sua influência global.

O Investimento Externo Direto (IED) é uma variável de grande importância, sobretudo, no mundo atual, devido à globalização e à intensificação na relação entre o Estado alvo e o Estado origem, pois há uma transferência de capital e tecnologia. É relevante, também, pois é possível, a partir do IED, estabelecer um fluxo migratório. Além disso, o IED melhora a eficiência da poupança (Virmond, Coelho,

2008), sendo algo extremamente positivo para Estados com economias em desenvolvimento. Outrossim, segundo World Bank (2004 *apud.* SÁ, Marcelo, 2006)

"O IDE tem importante papel no desenvolvimento econômico de uma região, na medida em que um bom clima de investimento proporciona oportunidades e incentivos para as empresas investirem produtivamente e a criar empregos. No entanto, a medida de sucesso de um clima de investimento não é a quantidade, mas sim a qualidade do investimento recebido" (World Bank, 2004 *apud.* SÁ, Marcelo, 2006, p. 2).

Entretanto, há autores que classificam o IED como algo negativo para o país alvo, isso acontece principalmente pela dependência que pode ocorrer. Como o IED é originário de um Estado com a economia desenvolvida para um outro com a economia em desenvolvimento, de acordo com Virmond e Coelho (2008), é possível gerar uma dependência, pois há a abertura do mercado interno para o recebimento desses investimentos, como é o caso das ações tomadas pela China, a qual investe, intensamente, na América do Sul, para expandir seu mercado consumidor e a sua influência política.

De modo geral, o IED é definido como a aplicação de um país em outro, por meio de suas empresas, com o interesse em intensificar suas relações. Para se caracterizar como IED, é preciso que o Estado o qual investiu tenha aproximadamente 10% das ações da empresa alvo que está no país alvo, ou seja, tenha 10% do controle e dos processos decisórios dessa empresa (OCDE *apud.* HENDLER & RODRIGUES, 2018).

Contudo, essa definição não é a única para conceituar o IED. De acordo com Caves (2017 *apud.* Morgado de Sá 2006), o IED pode ser separado em dois tipos, o vertical e o horizontal.

"O IDE horizontal, que se dá pela produção dos mesmos tipos de produtos da matriz por sua filial e o IDE vertical, que se caracteriza pela produção de matérias-primas. A decisão de investir horizontalmente ou verticalmente é baseada na existência ou não de diferenciação de produtos. Quando ela existe, pode haver investimentos horizontais (no mesmo setor), quando

não há diferenciação de produtos, pode haver investimentos verticais (setores para trás na cadeia produtiva)" (CAVES, 1971, *apud*. SÁ, 2006. p. 7).

Dessa forma, pode-se entender que o IED horizontal foca em expandir o mercado da empresa do Estado de origem, a partir da compra de empresas concorrentes, em sua totalidade ou parcialidade. Observa-se, na atuação da China, o interesse em comprar empresas, ou parte de empresas petrolíferas, na América Latina, como será visto no próximo capítulo. De outro modo, nos IED verticais, a estratégia utilizada é para a expansão do mercado da empresa aplicadora, através de uma relação com a economia local, partindo da inserção de capital estrangeiro nas cadeias de produção de matérias primas.

Baseando-se em Hennings (1998), Amal e Seabra (2007) destacam que a característica central do IED é o controle total ou parcial que o investidor exerce sobre o alvo que recebeu o investimento. Dessa forma, há a necessidade de controlar parte do processo decisório do alvo. A OCDE (1987) considera que essa parte deve ser no mínimo 10%.

Além das definições destacadas anteriormente, Dunning & Narula (1993) apresentam quatro classificações de IED, são elas: "*market-seeking projects*", "*efficiency-seeking projects*", "*resource-seeking projects*" e "*asset-seeking projects*".

"A literatura (Dunning, 1993) distingue entre quatro tipos de IDE, a saber: busca de mercado, busca de recursos naturais, busca de ativos estratégicos, busca de eficiência e busca estratégica de ativos. Esses quatro tipos de atividades de EMN não são necessariamente mutuamente exclusivos." (DUNNING & NARULA, 1993, p.7, tradução do autor).⁴

A primeira classificação, "*market-seeking projects*", corresponde aos investimentos focados no mercado interno dos Estados receptores. Dessa forma, tem como consequência a criação de novos comércios particulares.

⁴ "The literature (Dunning 1993a) distinguishes between four kinds of FDI viz, market seeking, natural resource seeking, strategic asset seeking, efficiency seeking and strategic asset seeking. These four types of MNE activity are not necessarily mutually exclusive."

O segundo tipo, “*efficiency-seeking projects*”, refere-se aos investimentos que buscam uma maior eficiência na produção, ou seja, uma diminuição dos custos. Portanto, cria-se comércios focados em indústrias, interagindo igualmente no mercado doméstico como no internacional.

O terceiro, “*resource-seeking projects*”, tem como objetivo principal adquirir matérias-primas e mão-de-obra por um custo baixo. Portanto, concentra-se nas atividades exportadoras e é facilmente observado em aplicações chinesas no início do século XXI na América do Sul, principalmente, pelo país necessitar extrair matérias-primas.

O último, “*Asset-Seeking projects*”, foca em garantir os ativos de empresas estrangeiras a partir de instalações de novos projetos, por Fusões & Aquisições ou por *Joint Ventures*. A partir desse tipo de IED, busca-se criar uma parceria para atuar em mercados regionais e globais (DUNNING & NARULA, 1993, p.7). Esse investimento enquadra-se na forma em que a China tem atuado na América Latina após 2010, principalmente, através de projetos novos ou manutenção de projetos antigos.

Além desses, há os investimentos em *greenfield*. Segundo Dunning & Narula (1993), esses tipos de investimentos são destinados à construção de uma indústria, e financiam essa construção com a aplicação através do capital do país de origem do investimento. Os autores também apontam que esse tipo de IED traz consigo recursos tecnológicos e de gestão, portanto, é o tipo mais requisitados pelos Estados. Além disso, os autores afirmam:

“Essa é uma medida razoavelmente precisa se a maioria dos investimentos consistir em investimentos *greenfield*, ou seja, quando uma empresa decide construir uma nova fábrica ou uma montadora em um país estrangeiro e financia o investimento de fontes do país de origem. Esse investimento, que traz consigo um conjunto de recursos financeiros, tecnológicos e de gestão, também é o tipo de investimento de alto nível que países ou regiões procuraram atrair por meio de uma variedade de

iniciativas políticas." (DUNNING & NARULA, 1993, p.26, tradução do autor).⁵

Todavia, os autores apresentam um outro tipo de IED. Em tempos passados, os investimentos em *greenfields* não eram muito comuns, e sim os investimentos em F&A. Eles entendem Fusões & Aquisições como investimentos em que o financiamento do Estado de origem da empresa investidora representa uma parte de um total investido, ou seja, há o financiamento somente parcial do alvo.

O investimento *Brownfield*, ou (F&A), é definido como uma aplicação focada principalmente em instalar projetos em locais onde já existem outras estruturas. Dessa forma, há a possibilidade do investidor aplicar para a manutenção de uma estrutura já construída (Meyer & Estrin, 2001).

Até o início do século XXI, os estudos sobre IED eram voltados para as questões de mercado, ou seja, as variáveis que eram consideradas importantes para manipular as ações dos investidores eram sobretudo lucros e as facilidades fiscais. Isso é demonstrado por Dunning (2001), o qual aponta 3 principais aspectos que levam, nesse caso, multinacionais a investirem em outros Estados.

"Assim, (1) a empresa deve possuir vantagens de propriedade de alguns ativos relativamente a seus concorrentes na economia local; (2) deve internalizar seus ativos agregando valor aos mesmos; (3) para então destinar seus investimentos em países nos quais consiga barganhar vantagens" (DUNNING, 2001 *apud*. SÁ, 2006, p. 11).

Entretanto, os estudos acerca dos motivos de uma empresa investir ou não em outro Estado não consideram variáveis estatais. Além disso, possuem uma explicação frágil sobre a atuação das empresas estatais chinesas. Dessa forma, é

⁵ "This is a reasonably accurate measure if most investment consists of greenfield investment, that is, where a company decides to build a new factory or an assembly plant in a foreign country, and where it finances the investment from home country sources. Such investment, which brings with it a bundle of financial, technological and management resources, is also the kind of high-profile investment that countries or regions have sought to attract through a variety of policy initiatives."

possível que o país asiático considere essas variáveis, contudo, não é algo determinante para a sua ação (RODRIGUES & HENDLER, 2018).

A empresa alvo, ou no caso, o país alvo que recebe esses IEDs tem certas alterações na sua economia e também em outras esferas, como a política. Virmond e Coelho (2008) trazem alguns desses pontos negativos a partir de conclusões de outros autores, são elas “1) externalização dos processos decisórios; 2) dependência tecnológica; 3) dependência financeira; 4) desproporção setorial e 5) dependência dos padrões de consumo” (VIRMOND & COELHO, 2008, p. 23).

Dessa forma, para conter a abertura da economia chinesa, e manter o controle dos fatores negativos atrelado ao recebimento de IEDs, a China necessitou criar instituições para a manutenção dessa possível vulnerabilidade. A principal estratégia adotada foi a de manter o Estado no controle da economia, impedindo, assim, que houvesse uma entrada de investimento descontroladamente.

Uma abordagem que representa essa ação é a abordagem institucional, apresentada por Mudambi e Navarra (2002 apud. AMAL & SEABRA, 2007, p. 4). Os autores tratam as instituições como peças centrais para a ação da empresa estrangeira no Estado receptor, tendo em vista que “fatores de produção, os sistemas legal, político e administrativo tendem a ser o único quadro imóvel internacionalmente, cujos custos determinam a atratividade internacional de uma localização” (AMAL & SEABRA, 2007, p. 4). Além disso, também apresentam que

“A abordagem institucional do IDE considera o ambiente formado pelas instituições como uma vantagem locacional e, portanto, deverá constituir-se em uma peça central na explicação dos fluxos de IDE. Este ambiente institucional inclui: (i) Instituições políticas como o tipo de regime, a estrutura nacional da decisão política e o sistema judicial; (ii) Instituições econômicas como a estrutura dos mercados nacionais de fatores e os termos de acesso aos fatores de produção internacional e (iii) Os fatores sócio-culturais como as normas informais, costumes, hábitos e religião” (MUDAMBI E NAVARRA, 2002 apud. AMAL & SEABRA, 2007, Pp. 4).

Devido ao grande impacto que o IED pode gerar no Estado receptor, ele tem muita relevância nos estudos que buscam analisar a atuação de um Estado ou uma

empresa em outro Estado ou região. Isso em razão do investimento traduzir a intenção do aplicador, além de gerar uma elevada importância no seu alvo, desta forma, comprehende-se o motivo da escolha dessa variável para o estudo (RODRIGUES & HENDLER, 2018).

Nos capítulos subsequentes, será analisado o interesse chinês nas áreas de infraestrutura da América do Sul. Vale ressaltar que há um grande interesse da China em pontos específicos, logo, energia e transportes, além de outros setores, são os que mais recebem o montante aplicado e projetos. Assim, essa análise só é possível pelo fato do país asiático focar seus investimentos nesses pontos.

2.3 Reforma Econômica Chinesa

Após a sua abertura econômica, a China recebeu uma grande quantidade de investimento externo na sua economia, o suficiente para poder perder o controle do capital externo aplicado, o que gerou problemas na sua estruturação governamental. O Estado asiático desenvolveu uma série de estratégias para manter o controle do capital investido, as quais serão apresentadas adiante. Construir um plano de ação e abrir-se progressivamente foi o que possibilitou a China de manter-se seu poder centralizado mesmo com inúmeras aplicações estrangeiras.

As estratégias utilizadas para sua abertura foram cautelosas. O Estado chinês iniciou esse processo em 1970, através da permissão para algumas empresas estrangeiras entrarem na sua economia. Assim, começou-se a incentivar o investimento externo no país asiático (Fung et al. 2002, *apud*. Virmond e Coelho, 2008), inicialmente por meio da desvalorização da sua moeda (CUNHA E XAVIER, 2010 p. 492).

Entre o fim de 1970 e o início de 1980, a China adotou outras maneiras para incentivar o investimento em seu país. Nessa etapa, criou-se um interesse em trazer *joint venture*. Para isso foram desenvolvidas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Essas zonas especiais são áreas em que há um regime fiscal diferente de outras áreas do Estado chinês. Portanto os incentivos para a exportação impactaram em

seus vizinhos asiáticos, os quais foram seduzidos pelos baixos custos de mão de obra (Cunha e Xavier, 2008).

As ZEEs se concentraram em quatro áreas importantes para a reestruturação chinesa. Elas foram elencadas pelo sucessor de Mao, Deng Xiaoping, que em 1977 especificou a agricultura, a indústria, a ciência e tecnologia e a defesa nacional como áreas prioritárias para o recebimento de capital estrangeiro. Dessa forma, o objetivo de Deng era manter o sistema comunista na China, mas utilizar o capital estrangeiro de forma pontual para desenvolver o Estado chinês. A partir de 1979, os investimentos estrangeiros passaram a ser legais em qualquer lugar da China, desde que tivessem aprovação governamental, através da Lei de *Joint Ventures*.

Todavia, como é apresentado por Celino (2006), por mais que essa Lei estimulasse investimentos estrangeiros, a China não recebeu um grande montante de investimentos do exterior. Isso pois os instrumentos para a atração desse capital ainda não eram eficazes o suficiente. Por conta disso desenvolveu-se as ZEEs, um ano depois da Lei citada anteriormente, tinham como objetivo complementar os atrativos chineses para o exterior. Sobre essas zonas, Ota (2003) apresenta que

“As quatro primeiras ZEEs foram implantadas em 1980. Três delas na província de Guangdong – Shenzhen (próxima a Hong Kong), Zhuhai (próxima a Macau) e Shantou (território de origem de grande número de chineses expatriados) – e uma na província de Fujian – Xiamen (próxima a Taiwan). Em 1988, foi implantada a quinta ZEE, na ilha de Hainan, área então pouco desenvolvida econômica e socialmente” (OTA, 2003 *apud*. CELINO, 2006, p. 51).

É importante destacar que todas as ZEEs encontravam-se em áreas costeiras. Elas eram consideradas um lugar mais atrativo para investidores devido às melhores condições de infraestrutura e, principalmente, devido aos portos chineses, além disso, tinham uma grande quantidade de mão de obra qualificada. Virmond e Coelho (2008) afirmam ainda que

"Esta intensa concentração na região Leste é atribuída ao clima generalizado de investimento, baseado num alto PIB *per capita*; na alta concentração de empresas modernas de pequeno e médio porte; no alto nível educacional; na avançada infra-estrutura de transporte; na proximidade com conexões de transporte marítimo e com portos internacionais como o de Shangai e Hong Kong, por exemplo." (VIRMOND E COELHO, 2008, p. 33).

Além dessas zonas especiais, em 1986 a China adotou uma regulamentação mais favorável para atrair maiores quantidades de IED, sobretudo empresas com foco em exportação e *Joint Venture*. Devido a todos esses esforços para atrair investimentos, a China consegue, em 1992, tornar-se o segundo Estado que mais recebeu IEDs no mundo (Virmond e Coelho, 2008).

Outra questão a ser destacada é o fato do governo chinês ser descentralizado. Cada governo local tem a competência de agir por conta própria, desde que esteja de acordo com o governo central. Essa autonomia intensificou o interesse das empresas estrangeiras em investir na China. Grande parte das empresas interessadas são as que se encontram nas ZEEs, pois há uma série de benefícios propostos nessas áreas, como é apresentado por Knoth (2000), principalmente, a isenção ou redução de impostos de importação e de taxas. Dessa forma, as empresas estrangeiras começaram a preocupar-se em constituir uma boa relação com os governos locais, para conseguirem usufruir desses benefícios.

Após a China conseguir adentrar na OMC, em 2001, o Estado chinês adquire uma maior segurança para realizar acordos econômicos. Além disso, tornou-se mais atrativo para o recebimento de IED. Com isso, observou-se uma intensificação do Fluxo de IED no início do século XXI na China, como é apresentado pelo gráfico a seguir.

Fluxos de Investimento Direto Externo na economia chinesa

	1980/1992	1993/2001	2002	2003	2004	2005	2006
IDE China (US\$ milhões)	2.696	39.906	52.743	53.505	60.630	72.406	69.468
Participação no total (%)							
Mundo	2,4	6,2	8,5	9,5	8,2	7,7	5,3
Países em Desenvolvimento	10,5	23,6	31,7	29,9	21,4	23,0	18,3
Ásia e Oceania	17,6	41,0	53,6	46,4	35,5	34,6	26,7
Leste Asiático	44,2	61,6	77,9	73,6	57,0	62,3	55,2

Fonte: UNCTAD, World Investment Directory (2007), *Apud*. Cunha e Xavier 2010.

Observa-se a importância e crescimento do país chinês, principalmente após 2001, alcançando seu auge em 2002, ano em que teve uma participação maior que 70% no Leste Asiático. Assim, a China adquiriu uma grande participação no comércio internacional, devido à alta concentração de empresas investindo em seu Estado.

Além do desenvolvimento das ZEEs, a China buscou diversificar a sua exportação e seus parceiros comerciais, para isso teve como foco principal a exportação de material tecnológico. Segundo Branstetter e Lardy (2006 *apud*. CUNHA e XAVIER, 2010. p.496),

“As políticas de atração do IDE faziam parte de uma estratégia mais ampla de incentivo à entrada de investimentos produtivos em setores específicos da economia e de promoção de avanços tecnológicos. Nesse sentido, o governo instituiu mudanças na regulação sobre o IDE que consistiram em uma maior liberalização segundo “categorias” criadas para o IDE. As firmas estrangeiras envolvidas em “projetos orientados para exportação” e “projetos tecnologicamente avançados” recebiam benefícios adicionais (BRANSTETTER e LARDY, 2006 *apud*. CUNHA e XAVIER, 2010. p. 496).

Portanto, a procura da promoção das exportações desde o início das reformas viabilizaram a reorganização das atividades industriais dentro da Ásia. Vale destacar que o Estado chinês não propunha esses investimentos de forma descuidada, eles cobravam das empresas estrangeiras um grau de exportação sobre a produção, a qual geralmente alcançava os 70% (Cunha e Xavier, 2010).

Além dessa questão, é importante considerar a questão do desenvolvimento social proposta por Deng Xiaoping. Por meio da estabilidade política, construída pelo sucessor de Mao, a China conseguiu ter a capacidade de manter essas reformas funcionando eficientemente.

Caso não houvesse essa estabilidade, provavelmente não haveria investidores buscando o país. Porém, para mantê-la, foi necessário desenvolver a sociedade chinesa, principalmente, na área da educação, algo que não é fundamental para o desenvolvimento econômico imediato, mas somente com isso foi possível atingir tal firmeza política. Tudo isso permitiu um maior grau de aceitação do Deng pela população, o que tornou mais fácil a utilização dos recursos estatais para a manutenção e a estruturação das reformas propostas (Fernandes e Leite, 2012).

Guntherie (2006 *apud*. Virmond e Coelho, 2008) propõe três fatores chaves para o desenvolvimento chinês. O primeiro a partir das reformas do Governo Central, no qual criou-se políticas que permitiram a China de ter uma maior participação no sistema internacional, focando principalmente às exportações.

Em segundo, a descentralização do seu processo decisório, como foi apresentado anteriormente. A possibilidade de cada governo local chinês ter a autonomia para realizar negócios internacionais, desde que condizente com as diretrizes do governo central, intensificou as relações com as empresas estrangeiras. Além disso, o governo chinês criou incentivos para líderes locais, instaurando uma certa competição entre os líderes, forçando-os a desenvolver rapidamente suas regiões.

E por fim, o terceiro fator foi a criação de uma economia privada, a qual permitiu que houvesse uma competição entre as empresas governamentais, além de possibilitar a criação de novos mercados.

Gutherie (2006 apud. VIRMOND E COELHO, 2008) resume bem as transformações econômicas chinesas:

“(...) as transformações que ocorreram no processo de abertura da China para a economia global foram: a construção de novas instituições, tanto nacionais quanto internacionais; o desenvolvimento de novas estratégias industriais; criação de Zonas Econômicas Especiais, as quais permitiram às empresas ganharem vantagens em incentivos fiscais e outros incentivos para tipos específicos de investimentos na China; a adoção de estratégias agressivas de comércio e exportação; a adoção de estratégias de desenvolvimento local.” (GUTHERIE, 2006 *apud.* VIRMOND E COELHO, 2008, p.35).

A preparação chinesa para que ocorresse toda essa evolução foi algo inédito no mundo. O Estado chinês iniciou suas reformas no fim da década de 1970, para atingir os frutos desse desenvolvimento após 40 anos, quando conseguiu alcançar o posto de uma das maiores economias do mundo. Através de planos que alteram não somente sua economia de modo direto, como também toda a sua sociedade, o Estado asiático foi capaz de, em apenas 10 anos, passar de um dos principais alvos para o IED mundial para um dos principais investidores de IED mundial. Tudo isso ressaltou a capacidade da China em controlar a sua abertura, tornando-a lenta e gradual, conseguindo ser um Estado comunista utilizando o capital capitalista para o próprio desenvolvimento.

2.4 Conclusões do Capítulo

Desde o seu império até a sua república, o Estado Chinês buscou desenvolver-se da sua maneira. É possível observar uma diferença de postura entre os principais líderes desse recorte temporal, Mao Tsé-Tung e Deng Xiaoping.

O primeiro estruturou toda a ideia nacionalista na China, através da construção do Partido Comunista Chinês, adotando uma postura rígida e inflexível frente aos demais Estados. Aplicou o modelo econômico comunista e buscou torná-lo eficiente a partir dos erros da URSS.

Após a morte de Mao, quem assume o país chinês é o Deng Xiaoping. O então secretário-geral do PCC passa a ser líder da RPC. Durante todo o tempo em que esteve no comando, Deng buscou tornar a China mais atrativa para o mundo exterior, pois, assim, seria possível receber maiores investimentos para desenvolver o Estado chinês.

Dessa forma, há uma preparação lenta e gradual para a China abrir sua economia. Isso permitiu que o país asiático não perdesse o controle da sua esfera econômica, nem da sua esfera política. Para isso, foi adotado uma centralização da economia nas instituições governamentais chinesas, as quais controlavam a abertura e a internacionalização de suas empresas.

A partir do controle de todos os investimentos para os setores de interesse chinês, a China foi capaz de desenvolver-se em pouco tempo e de expandir seus mercados através dos fluxos de IED para o mundo, com o principal objetivo de manter esse desenvolvimento.

3. INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO CHINÊS NA AMÉRICA DO SUL

Devido à sua rápida industrialização, houve um aumento na demanda de energia por parte da China. Contudo ao adentrar no século XXI, essa dependência se acentuou forçando o Estado asiático a importar energia. Isso resultou em grandes investimentos em vários Estados, principalmente, na América Latina, por conta da concentração de fontes de energia e ao fácil acesso.

Além disso, a China desenvolveu um projeto de integração e desenvolvimento nos outros Estados, chamado de *“Road and Belt”*. Mesmo que esse projeto tivesse mais foco na Europa e Ásia, o país chinês permitiu que outros Estados fossem dessas regiões participem, além disso, oportunizou que mais Estados entrem no projeto. Devido aos seus investimentos no mundo todo, a China passou a ter uma grande importância para os Estados em desenvolvimento, como os da América Latina.

Dessa forma, as relações entre ambos uniram os interesses e as necessidades chinesas aos interesses e as necessidades dos Estados latinos. Assim a China utilizou os investimentos externos diretos direcionados, principalmente, para a infraestrutura sulista americana.

O presente capítulo analisará o investimento externo direto chinês no subsetor de energia, considerando aqui investimentos em áreas petrolíferas, hidrelétricas, solar e eólicas, além de projetos estruturados para atender as demandas de transmissões energéticas. Utilizar-se-á como base de comparação os investimentos em energia em cinco países latino-americanos, a saber: Argentina; Brasil; Equador; Peru e Venezuela. Esses cinco são os maiores receptores de investimentos durante o período estudado nesse setor, de acordo com o *Think Tank* norte-americano *American Enterprise Institute* (2019).

Para o estudo sobre esses Estados, adotou-se quatro variáveis de análise: (1) o volume de investimento no país; (2) os principais projetos desenvolvidos; (3) os objetivos práticos decorrentes desses projetos; e por fim, (4) a estratégia chinesa para inserir seu capital. Sobre esse último ponto, serão considerados investimentos como *Greenfield* e *Fusões & Aquisições*.

. De acordo com o “Conselho Empresarial Brasil-China”, os investimentos *Greenfield* são “construção de instalações totalmente novas no país de destino por um investidor estrangeiro, que tem o controle total da construção e operação dos ativos” (CEBC, 2011, pp. 23). Já os investimentos Fusões & Aquisições são a “Compra total ou parcial de empresas situadas no país por um investidor estrangeiro” (CEBC, 2011, pp. 23). A escolha por essas duas maneiras de entrada de investimento foi realizada pelo fato de serem as formas mais intensas e pelo fato de terem uma maior alteração ou clareza de interesses do investidor.

3.1 Investimentos Chineses em Energia na Argentina

As relações entre os dois Estados iniciam por volta de 1972, entre o governo de Alejandro Lanusse e Mao Tsé Tung. Entretanto não houve uma evolução das relações, mantendo-se estática até o período de modernização chinesa em 1978, ano em que recebeu um impulso. Ao decorrer dos governos argentinos que foram passando, as relações entre ambos os Estados oscilaram de acordo com os interesses de ambas as partes. Contudo um marco temporal para o firmamento dessas relações fora em 2001, quando ambos os chefes de Estado se encontraram, o encontro foi em relação ao ingresso chinês na OMC.

As relações começam a intensificar-se realmente em 2010, pois houve a afirmação do Memorando de Entendimento para Expansão e Diversificação em Matéria de Comércio e Investimento. Sobre esse memorando, Freitas (2016) afirma que

“Destacam-se, no âmbito econômico, o Memorando de Entendimento para Expansão e Diversificação em Matéria de Comércio e Investimentos, de 2010, reafirmando as disposições do Memorando de novembro de 2004 e tratando da promoção da tecnologia agroindustrial argentina na China, aprofundamento da cooperação em mineração, energia, transporte e infraestrutura, por meio de investimentos, e fomento da cooperação financeira mediante linhas de crédito e médio e longo prazo; e o Convênio

Marco de Cooperação em Matéria Econômica e de Investimentos, de 2014." (FREITAS, 2016, p.18, tradução do autor).⁶

Outro importante marco foi a assinatura do tratado de vendas de vagões para a CITIC, grupo chinês, realizado pela Secretaria Nacional de Transporte argentina. Além disso, no mesmo período, houve um incremento nos investimentos chineses voltados para o investimento no setor energético, assim como na infraestrutura.

3.1.1 Volumes de IED chinês em energia na Argentina

De modo geral, os investimentos em energia na Argentina começaram em meados de 2009, com a *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC). Essa corporação é a maior produtora de petróleo submarino da China. De acordo com a embaixada chinesa no Brasil, a produção de sua subsidiária, a CNOOC Ltd., chegou a produzir 227,7 milhões de barris de petróleos em 2009.

A empresa chinesa firmou em 2010 com a Bridas, empresa petrolífera argentina, uma *joint venture* no valor de US\$ 3,1 bilhões, dividindo suas ações igualmente entre ambas. Essa ação por parte da empresa chinesa tem como objetivo expandir suas linhas de operações para outros países. De acordo com a própria embaixada chinesa no Brasil (2010), "A transação está de acordo com um desenvolvimento estratégico da CNOOC Ltd. Para estender suas operações à América Latina e o estabelecimento das bases para o crescimento futuro na região e em outros países".

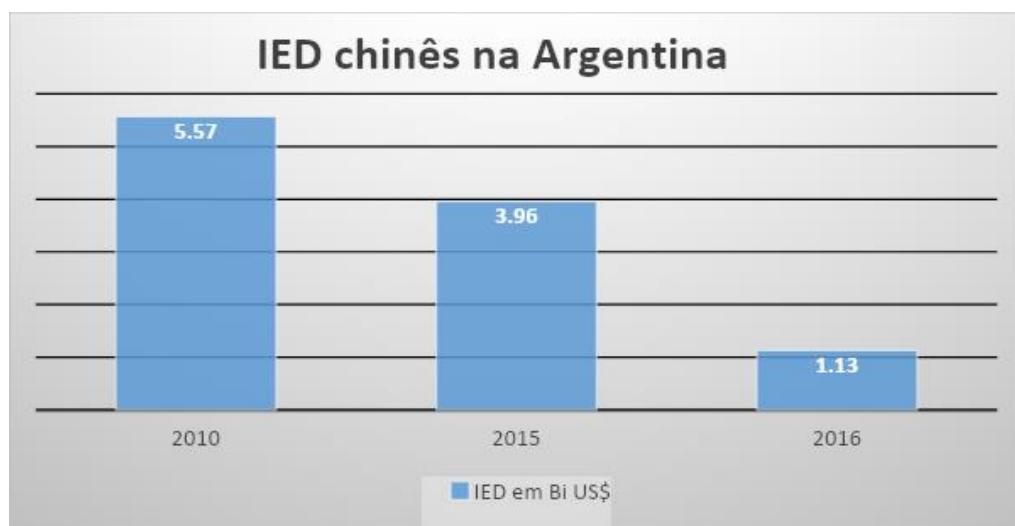
No mesmo ano, houve a compra da *Occidental Petroleum Corp* na Argentina por US\$ 2,45 bilhões, compra realizada pela maior refinadora da Ásia, a Sinopec. A filial argentina tinha 23 concessões, de produção e exploração, as quais possuíam reservas de 393 milhões de barris de óleo. De acordo com o jornal Reuters, essa

⁶ "In the economic sphere, the 2010 Memorandum of Understanding on Expansion and Diversification in Trade and Investments stands out, reaffirming the provisions of the November 2004 Memorandum and addressing the promotion of Argentine agroindustrial technology in China, deepening cooperation. in mining, energy, transportation and infrastructure, through investments, and fostering financial cooperation through credit lines and medium and long term; and the 2014 Framework Agreement on Economic and Investment Cooperation. "

ação da empresa chinesa está de acordo com as diretrizes do seu país, pelo fato de ser uma forma de garantia energética.

“A ação da Sinopec contribui para uma crescente lista de acordos externos no setor de recursos naturais por empresas chinesas apoiadas pelo Estado nos últimos dois anos, enquanto a nação mais populosa do mundo se esforça para garantir recursos para sua crescente economia.” (BAI, Jim. 2010, tradução do autor).⁷

De acordo com a *American Enterprise Institute* (AEI), em sua base de dados sobre os investimentos chineses na Argentina, os IEDs chineses na Argentina no ano de 2010 são os maiores entre o período adotado por eles, de 2005 até 2019, concentrando-se aproximadamente US\$ 5.5 Bilhões. Nos outros anos, o mais próximo foi em 2015 com US\$ 3.9 Bilhões. Esses valores, - se considerarmos somente ações chinesas logo após comprar 50% da Bridas, empresa chinesa citada anteriormente, juntamente com a família Bulgheroni, a detentora da outra parte da Bridas -, compararam 60% da empresa *Pan American Energy* por US\$ 7 Bilhões (LEITE & CUNHA, 2016, Pp. 179).



Fonte: *American Enterprise Institute* (2019), Elaborado pelo autor.

⁷ “Sinopec's action contributes to a growing list of external agreements in the natural resources sector by state-backed Chinese companies over the past two years, while the world's most populous nation strives to secure resources for its growing economy.”

Nos anos seguintes, a Argentina recebeu mais investimentos em diversas áreas energéticas. Em 2016, recebeu um investimento em energia alternativa. De acordo com o AEI, o ano de 2016 foi o terceiro ano que o país mais recebeu investimento, fechando em 1,13 bilhão de dólares, como foi demonstrado na figura acima.

3.1.2 Principais investimentos chineses na Argentina

De acordo com a BBC, um dos principais investimentos chineses no país foi a compra da Bridas, por 3,1 bilhões de dólares em 2010. Essa aquisição gerou uma grande oportunidade ao país asiático, o qual, por meio da CNOOC (*China National Offshore Oil Corporation*), comprou 60% da *Pan American Energy*, como já citado anteriormente, além disso comprou 100% da Esso Argentina.

Essa série de aquisições por parte de empresas chinesas demonstram uma grande importância, pois através dessas aquisições a petroleira chinesa se tornou a segunda maior carbonária na Argentina, como aponta a BBC. O país ficou atrás apenas da YPF (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales*), a qual é uma estatal argentina.

Outro investimento importante chinês concentra-se na energia renovável, a qual a China tem um elevado grau de interesse, esse manifestado pelos investimentos no projeto de incremento da energia eólica na Argentina.

Esse projeto tem como objetivo a construção de 80 turbinas eólicas, gerando assim cerca de 256 megawatts. Essas turbinas serão divididas em quatro parques eólicos, chamados *Loma Blanca I, II, III e VI*, e receberam um investimento de US\$ 1 Bilhão da empresa chinesa *Power China*, a qual juntamente com outra empresa chinesa, a *Goldwind*, participam do projeto no leste da Patagônia.

De acordo com a agência de notícias oficial da China, a *Xinhua*, este projeto está de acordo com o plano chinês da *Road and Belt* Estetem por objetivo ajudar a região alvo, buscar desenvolver suas infraestruturas e atender às demandas de energia do Estado alvo, consequentemente, estreitar laços comerciais com a região. A participação nesse projeto é importante não somente pela quantidade injetada nele, mas também pela reputação mundial da *Power China*, a qual é considerada

uma das maiores desenvolvedoras de energia do mundo, de acordo com a ferramenta de negócios *BNamericas* e a agência de notícias *Xinhua*.

A China também comprou uma das maiores usinas solares do mundo, a Cauchari, na província de Jujuy, ao norte da Argentina. Essa usina terá capacidade de gerar 300 megawatts, com mais de 1 milhão de painéis solares. Vale ressaltar que ela ainda não está pronta, devido a um aumento da energia produzida, de 300 MW para 500MW.

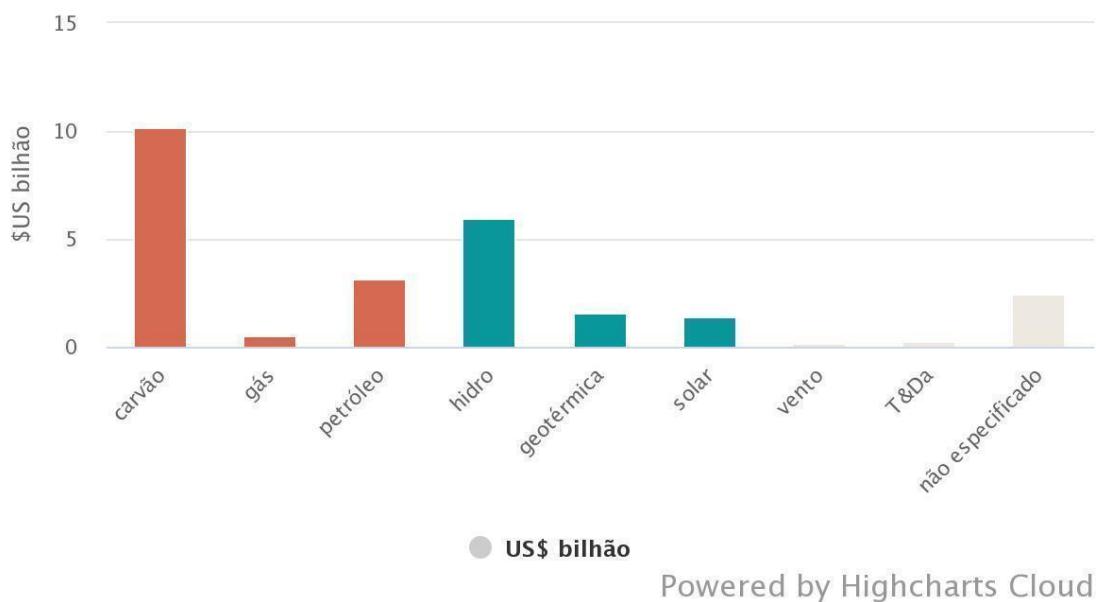
Os financiadores da obra são o *China Exim*, o qual custodiou 85% do custo da obra, e a fabricante chinesa Tales Un, fabricante de módulos solares. O fato da usina ser financiada, em quase a sua totalidade, demonstra o grande interesse chinês nesse projeto, pois o financiador é um dos 3 bancos institucionais da China, e de acordo com o próprio banco, são encarregados de implementar as políticas chinesas nos acordos, como por exemplo financiar a iniciativa *Belt and Road*.

Observa-se que a importância desse investimento se dá principalmente pelo tamanho da usina, a qual será a maior da América Latina. Também pelo interesse chinês em energias renováveis, não somente solar, como por exemplo a atuação chinesa no esquema argentino, o RenovAR, para aumentar o uso de energias renováveis.

Outro ponto apresentado pelo jornal “*Diálogo Chino*” é que os investimentos chineses em energias renováveis representam um baixo porcentual nos totais em energia. Como por exemplo, em energia solar representou somente 4% no ano de 2000 até 2017. Porém, vale ressaltar que, o país priorizou o investimento em energias fósseis, de acordo com o gráfico a seguir.

Investimento em energia no mundo por uma seleção de bancos chineses

Source: WRI e Boston University



Fonte: KOOP & PIKE (2019)

É possível observar que mesmo esses projetos em energias renováveis inexpressivo pelas porcentagens, é algo muito importante se considerarmos os projetos investidos. Todos os planos, já apresentados no trabalho, são de grande relevância à região para quais são projetados.

3.1.3 Principais objetivos práticos

Tomemos como exemplo a compra e o financiamento da usina solar Cauchari. Devido à diminuição dos investimentos externos no país, de acordo com o Ministério do Interior, um grande investimento chinês gerará um aumento nas relações entre China e Argentina.

Além disso, o emprego de materiais chineses na maior usina solar na América Latina e uma das maiores do mundo expandirá o seu setor de atuação. Isso fará com que a China não se limite somente em fontes não renováveis, mas seja também um marco em matérias-primas para energias renováveis, expandindo o seu mercado.

Outra questão proposta pelo jornal “Diálogo Chino” é que esses investimentos servem para melhorar a imagem da China no cenário internacional. O país asiático tem buscado, além de expandir sua economia para o mundo, transformar a sua imagem para um país pacífico e benevolente, sendo esse um dos motivos para o investimento tanto na usina solar na Argentina, quanto no projeto RenovAR.

De acordo com Yuan Jia Hui, professor da Universidade de Eletricidade e Energia do Norte da China, em entrevista com o jornal “Diálogo Chino”, os projetos em energias fósseis prejudicam a imagem chinesa, além de prejudicar os Estados que têm metas climáticas para cumprir. Dessa forma, ele orientou que o país asiático procurasse investir em energias renováveis, principalmente nos países pertencentes à iniciativa *Belt and Road*.

Em relação àquelas séries de aquisições feitas pela estatal chinesa CNOOC, é possível observar uma grande aproximação da China com a Argentina. Principalmente devido à posição adquirida pela empresa chinesa após as aquisições, tornando-se a segunda maior empresa petroleira na Argentina. Além disso, a China juntamente com a YPF, empresa estatal argentina, exploraram petróleo de xisto na reserva da *Vaca Muerta*. Vale ressaltar que essa é a segunda maior reserva de gás não convencional do mundo e a quarto maior em petróleo de xisto, além de já ter sido explorada por empresas de vários países, incluindo a Chevron dos EUA e a Total da França.

Ao conseguir acesso nessa região, a China garante uma grande estabilidade energética. Por mais que seja em energia fóssil, ela está de acordo com interesses do Estado chinês, ao mesmo tempo que possibilita o crescimento da sua influência não somente na Argentina, mas também na América Latina.

3.1.4 Principais estratégias de investimento

Considerando os dados apresentados pela AEI e pela Red ALC China, e a partir dos critérios utilizados e apresentados anteriormente, é possível concluir que o Estado asiático utilizou duas maneiras para investir na Argentina. A primeira foi por fusões e aquisições, ou como é mais conhecido, por M&A, com a compra da

metade da Bridas. E a segunda por *Greenfield*, como é exemplificado nos investimentos em energia eólica, ou na usina solar em Jujuy.

Sendo assim, é possível observar uma certa tendência chinesa. Nos investimentos em energias fósseis, o país asiático busca se unir ao Estado alvo para a extração de petróleo, por exemplo. Enquanto que em projetos de energias renováveis, a China busca ser a protagonista desses projetos. Por conta disso, pode-se inferir que o motivo da China investir em várias fontes energéticas, renováveis ou não, é somente pela segurança energética. Também é possível entender como algo para melhorar a sua imagem, e conseguir desenvolver laços mais confiáveis e fortes ao ajudar Estados em desenvolvimento a cumprir com suas metas.

3.2 Investimentos Chineses em Energia no Brasil

Por conta do período de tempo definido para este trabalho, considera-se para as discussões aqui presentes as relações comerciais entre a China e o Brasil a partir de 2001. Entretanto as relações entre os dois países datam de muito antes. De acordo com o Itamaraty, as relações entre ambos os Estados começaram em 1974. Contudo somente em 2009 essa relação se materializou, pois o então presidente Lula e seu governo observaram o crescimento do país asiático, e entenderam como uma janela de oportunidade para expandir os parceiros estratégicos com grande importância no mundo. Sobre essa relação, Pini (2015) afirma que

"Tanto as relações na esfera econômica quanto as na esfera política tornar-se-iam robustas ao longo da década de 2000, materializando-se em crescentes fluxos de comércio e investimentos – que se provariam extremamente benéficos a ambos os países, principalmente no fornecimento brasileiro à China dos *commodities* agrícolas e recursos naturais e energéticos essenciais a seu crescimento, e, em contrapartida, na injeção de recursos financeiros e monetários essenciais para que o

Brasil financiasse seu modelo de desenvolvimento social e econômico.” (PINI, 2015, p. 27, tradução do autor).⁸

O Brasil é o Estado da América Latina que mais recebe investimentos em vários setores, principalmente energia, devido às Angras. Também pelo fato da importância brasileira na região e para a China, como é afirmado pelo Itamaraty. A parceria alcançou, em 2012, o caráter de “Parceria Estratégica Global”, havendo um aumento nas relações comerciais entre ambos os Estados. Sobre o investimento chinês no Brasil,

“A China figura entre as principais fontes de investimento estrangeiro direto no Brasil, com destaque para o setor de infraestrutura (sobretudo na geração e transmissão de energia e nas áreas portuária e ferroviária) e para o setor de óleo e gás, com participação importante nos setores financeiro, de serviços e de inovação” (BRASIL, 2019).

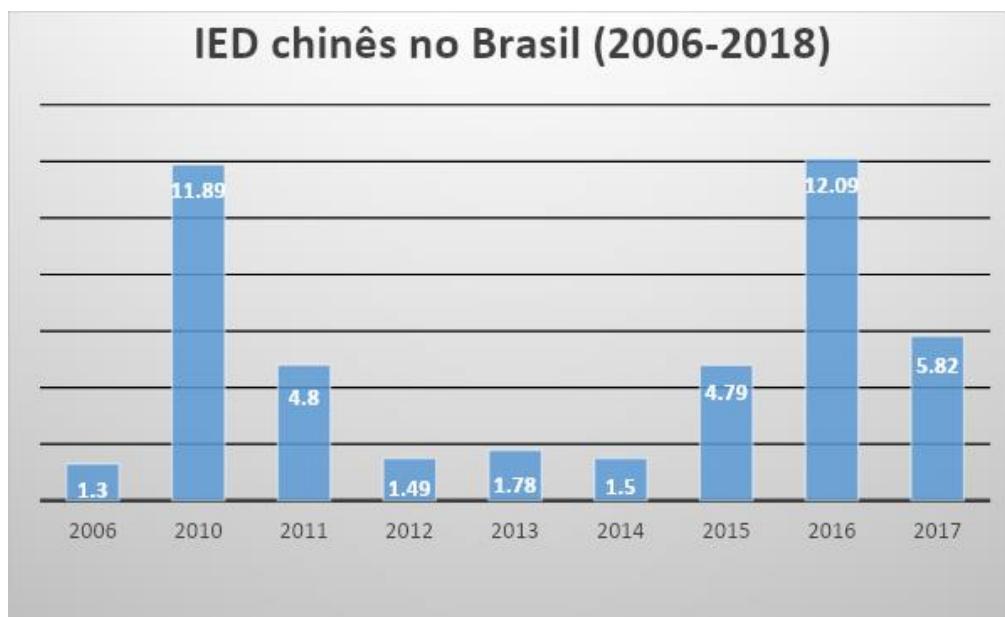
Como é apontado no texto de Celio Hiratuka (2018), o interesse nessa relação não partiu somente do país latino, e sim também do país asiático. Em 2008 a China lança o “livro Branco sobre a política da China para a América Latina e o Caribe”, o qual destaca os princípios de uma relação de cooperação, além de deixar claro as intenções de uma coexistência pacífica (HIRATUKA, 2018).

3.2.1 Volumes de IED chinês em energia no Brasil

O volume do IED chinês no Brasil altera-se em vários setores. Contudo há uma grande diferença entre o setor de energia e outros setores. Segundo a AEI, entre 2005 até 2019, a China investiu em energia um total de 47.38 bilhões de

⁸ “Both economic and political relations would become robust throughout the 2000s, materializing in increasing flows of trade and investment - which would prove extremely beneficial to both countries, especially in Brazilian supply. to China of agricultural commodities and natural and energy resources essential to its growth, and in return for the injection of essential financial and monetary resources for Brazil to finance its social and economic development model. ”

dólares, sendo assim o maior país em importação de IED chinês no setor energético.



Fonte: American Enterprise Institute (2019). Elaborado pelo autor.

Segundo Lima (2016), entre 2010 e 2013, o investimento chinês, na região, concentrou-se, predominantemente, na área de energia, atingindo, assim, 69,31% de todo o investimento chinês na região, concentrando-se de maneira majoritária em energias renováveis.

De acordo com o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), em relação aos investimentos no ano de 2010, foram direcionados 45% dos investimentos para o setor energético, como petróleo e gás, ou seja, percebe-se a grande importância que esse setor tem para a China. Contudo, esse interesse foi moldado conforme o desenvolvimento da China, pois os primeiros IEDs enviados ao Brasil eram direcionados à matéria-prima. No entanto, com o passar dos anos 2000, principalmente, no ano de 2010, há um foco maior no setor energético, o qual continua até atualmente.

3.2.2 Principais investimentos no Brasil

Os investimentos chineses, no Brasil, são muitos. De acordo com a BBC, em 2016, o setor energético respondeu por 80% de todo o investimento do gigante asiático.

"No ano passado, por exemplo, só o setor de energia, de acordo com o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), respondeu por quase 80% de todos os investimentos confirmados. As gigantes chinesas State Grid e China Three Gorges compraram, respectivamente, a CPFL e a Duke Energy, em transações bilionárias. Já a China Communications Construction Company (CCCC) adquiriu a construtora Concremat e o Shanghai Pengxin Group arrematou mais da metade da empresa de trading e processamento de grãos Fiagril." (BBC, 2017).

O *American Enterprise Institute* apontou 14 investimentos chineses no Brasil, contudo, para este trabalho, analisarei somente as empresas chinesas que mais investiram no Brasil.

O primeiro caso é sobre a compra de duas hidrelétricas da Cesp por parte da Três Gargantas, as quais foram compradas por 13,8 bilhões de reais, em julho de 2016. Essa compra possibilitou a agregação de 5 mil MW, que eram produzidos nas hidrelétricas de Jupiá e Ilha Solteira, dessa forma, a empresa chinesa tornou-se a sétima maior geradora de energia no Brasil.

Porém, mais tarde, no mesmo ano, a CTG comprou ativos brasileiros da empresa americana Duke Energy, por US\$ 1,2 Bilhão, adquirindo a capacidade de 8,27 mil MW, como afirma o jornal "Estadão". Dessa forma, a empresa chinesa chegou ao quarto lugar no *ranking* entre fornecedoras públicas e privadas, e tornou-se a maior fornecedora de energia dentre as empresas privadas que atuam no Brasil.

A CTG é a maior empresa chinesa de produção de energia hidrelétrica do mundo, contudo, também tem investimento no setor de energia eólica e solar. No Brasil, ela começou a operar em 2013 e, como já apresentado, fez várias aquisições no setor hidroelétrico brasileiro, consolidando-se em uma das maiores empresas do setor no Brasil (HIRATUKA, 2018). Entretanto, ela também tem investimentos em energia eólica no país, em 2015, adquiriu 49% de participação em 11 parques eólicos, de acordo com a própria empresa.

"A CTG começou a operar no Brasil em 2013, com foco na geração de energia. Através de várias aquisições, a empresa alcançou uma posição de destaque. Apenas em 2015, a empresa adquiriu a empresa de geração de energia Triunfo (US \$ 490 milhões) e venceu o leilão de licitações das concessionárias hidrelétricas Jupiá e Ilha Solteira (US \$ 3,7 bilhões), atingindo uma capacidade total de geração de 6 GW. Em 2016, a empresa anunciou um acordo para comprar a Duke Energy (US \$ 1,2 bilhão), aumentando sua capacidade de geração para 8,2 GW e consolidando sua posição como uma das maiores operadoras do Brasil no setor." (HIRATUKA, 2018, p. 131)

A próxima empresa, que mais investiu, foi a *State Grid*. Em 2016, fez a aquisição de 23% da CPFL por parte da empresa chinesa *State Grid*, com um investimento de R\$ 5,85 bilhões, chegando, assim, no bloco de controle. Novamente, em 2017, investiu na CPFL o valor de US\$ 3.440 Bilhões. Segundo o Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (CERNE), a empresa chinesa passou a ter 54,64% do capital votante e total da empresa brasileira, além de ter comprado ações detidas pela subsidiária da CPFL, no setor de energia renováveis, equivalentes a R\$ 3,17 Bilhões.

3.2.3 Principais objetivos práticos

Os investimentos realizados pela CTG e pela *State Grid* permitiram que ambas chegassem a uma posição de extrema importância no Brasil e na região, pois, no fornecimento de energia, a primeira está atrás, somente das empresas estatais, como, por exemplo, da Eletrobrás e da Eletronorte. Em um comunicado oficial, apresentado pelo jornal "Estadão", o presidente da CTG, no Brasil, Li Yinsheng, trata essas aquisições como uma vitória para a empresa, pois, como afirma, os investimentos feitos possibilitaram que a empresa atingisse a sua meta de ser uma fornecedora de energia importante na região e no Brasil.

A aquisição de parte da CPFL foi a maior feita pela empresa na América Latina, devido a sua importância de maior empresa privada brasileira no setor, além de ter receita bruta aproximada à das estatais Eletrobrás e Cemig.

Além disso, os investimentos, na região, permitiram o aumento da influência política, a expansão do mercado chinês para o Brasil, devido à entrada de capital chinês pelos investimentos, além do mercado emergente, sendo um grande atrativo para os investidores chineses.

3.2.4 Principais estratégias de investimento

No caso do Brasil, pode-se observar um grande interesse, por parte dos chineses, em adquirir as empresas brasileiras ou em fusões de suas empresas com as brasileiras.

"Desde 2014, a China vem optando por operações fundamentadas em fusões e aquisições (conhecida pela sigla M&A, em inglês) de empresas que já atuam no Brasil, sejam elas nacionais ou estrangeiras. "Esse tipo de entrada tem sido a mais usual entre a maioria dos projetos chineses no país. Isso porque essas empresas não só conhecem o mercado, mas já sabem lidar com a burocracia brasileira. São ativos que tendem a oferecer menos riscos e garantir maior eficiência', explica Cariello." (BBC, 2017).

Em um estudo desenvolvido pela CEBC, em 2011, foi possível observar uma predominância da estratégia de fusão e aquisição dos investimentos externos chineses, sendo, fusões e aquisições, equivalentes a 46%. Contudo, essas são as parciais, os totais equivaleram a 21%. Isso ocorria pelo fato de que investimentos, para comprar uma empresa, no Brasil, eram, até então, muito difíceis, pois ambos países têm grandes diferenças culturais. Entretanto, vale ressaltar que essas diferenças vêm diminuindo, conforme ambos os Estados se aproximam.

No caso brasileiro, os investimentos, do tipo *Greenfield*, são menores em relação aos outros Estados estudados, pois eles estão alocados em setores fora do escopo deste capítulo. De acordo com a RED ALC-China, todos os investimentos em energia são por fusões e aquisições, dessa forma, observa-se uma diferença no padrão chinês de investimento. Parte dessa diferença pode ser entendida pelo fato de que o Brasil já vem investindo em energias renováveis, e já se tem um certo

desenvolvimento, ao contrário dos demais Estados na região, que iniciaram seus investimentos há pouco tempo, necessitando, assim, de certas construções e projetos de tipo *Greenfield*.

3.3 Investimentos Chineses em energia no Equador

As relações entre ambos os Estados começaram de maneira diplomática em 1980, Não obstante, devido ao baixo crescimento da região latino-americana e à crise das dívidas, a China se distanciou da região (CIDADE, 2016). Entretanto, por volta de 1998, pelo interesse que o Equador tinha em ser membro da APEC, ele precisou solicitar apoio chinês, aproximando os dois países.

A partir de 2010, os investimentos da China, no Equador, foram concentrados no setor de energia, infraestrutura e de transporte, de acordo com Flávio (2017). Tornando-se, assim, o maior financiador do Equador.

Devido às altas dívidas que o Equador tinha com a China, parte do valor era pago em energia, sendo ela em petróleo ou combustíveis. E, além disso, havia um investimento de US\$ 1,42 Bilhão no país por parte da CNPC e da Sinopec (ELLIS, 2009 *apud* CINTRA, 2011).

3.3.1 Volumes de IED chinês em energia no Equador

Os IED chineses, no Equador, variaram muito com o passar dos anos. Contudo, ao somar todos os investimentos, de 2005 até 2019, a maior concentração deles estava no setor energético e contabilizaram um total de 7.44 B de dólares.

Em 2005, a CNPC e a Sinopec propuseram uma *Joint Venture* com a EnCana, empresa norte-americana que tinha filial no Equador. No mesmo ano, a EnCana anunciou que venderia seus ativos de gás e petróleo no Equador, ao consórcio chinês Andes Petroleum Company, doravante APN, por um valor de US\$ 1,42 Bilhão. O consórcio, formado pelas empresas chinesas CNPC e Sinopec, adquiriu todas as posses que a filial da EnCana detinham no Equador. Além das aquisições feitas, através da negociação com a EnCana, a APN adquiriu, também,

a participação de 36% da EnCana sobre um oleoduto de 310 milhas, o qual transportava 450,000 barris por dia.

Além dessas duas empresas, focadas em energias fósseis, houve, também, um investimento da *Harbin Eletric*, empresa energética chinesa, a qual fechou um acordo com a Colec de construir uma hidroelétrica na região. O projeto recebeu um investimento de US\$ 477 milhões, e teria a capacidade de 275 megawatts e 1.290 megawatt por hora ao ano, representando cerca de 12% da produção de energia do Equador.

De acordo com o AEI, o volume total de investimentos chineses, no setor de energia, no Equador, de 2005 até 2018, foram de US\$ 7.44 Bilhões. O volume concentrou-se, principalmente, em dois desses anos: no de 2005, com US\$ 1.42 Bilhão; e no ano de 2010, com um total de US\$ 3.73 Bilhões. No caso de 2005, o resultado foi a compra dos ativos da filial da EnCana citado anteriormente, e em 2010, foram uma série de investimentos chineses, sobretudo no setor hidroelétrico.

3.3.2 Principais investimentos no Equador

Lima (2016), classificou os 50 maiores IED chinês na América Latina, de 2010 até 2013, Dentre esses investimentos, sete são no Equador, e desses sete, cinco são no subsetor hidrelétrico, sendo, do total de investimento no Equador, o maior i nesse período. Ademais, antes mesmo desse período, o Equador já recebia investimentos grandes, tomemos, como exemplo, a aquisição da EnCana pelo consórcio chinês.

Além das aquisições citadas anteriormente, o APN adquiriu também a propriedade total do bloco de tarapoa, localizado na Amazônia equatoriana, e uma participação de 30% em outro bloco, que produz 30.000 barris por dia. Após o acordo, houve uma divisão das atividades das duas empresas constituintes do consórcio. A primeira empresa, CNPC, concentrou-se na extração, e a segunda, Sinopec, no refinamento. De acordo com Moran (2010), essas empresas chinesas se tornaram as maiores operadoras estrangeiras, no Equador, perdendo somente para a petrolífera estatal equatoriana.

Um dos investimentos no setor hidroelétrico foi a construção da hidroelétrica Coca-Codo Sinclair, em 2010, a qual recebeu um investimento aproximado de 2 bilhões de dólares da empresa estatal chinesa Sinohydro. Entretanto, após pouco mais de dois anos de sua estreia, a hidrelétrica já apresenta fissuras, as quais, de acordo com a BBC, os danos econômicos poderiam ultrapassar “dezenas de milhões de dólares” (MIRANDA, 2019). Em vista disso, a sua construção foi negligenciada, principalmente, pela parte chinesa e, sobretudo, pelas autoridades equatorianas.

Um exemplo dessa negligência foi a escolha da SinoHydro, a qual foi eleita de forma direta, sem a abertura de algum concurso internacional, afirmado pelo Alberto Acosta, ex-ministro da Energia de Correa em 2007, em uma entrevista para o BBC em 2019.

O financiamento dessa construção, feito por bancos chineses, dificulta muito a situação do Equador, pois a dívida com a China é gigante. E, além dessa obra, há muitas outras financiadas por bancos chineses, o que resulta numa dependência difícil de ser desfeita.

De acordo com o que respondeu Milton Reyes, pesquisador do instituto de Altos Estudos Nacionais do Equador, ao jornal *Diálogo* “a questão do financiamento pode ser a chave dos interesses políticos chineses para criar alianças estratégicas frente à ordem mundial”. Além disso, vale lembrar que essa hidrelétrica faz parte de um plano maior da China no país, o *Belt and Road*, o qual apresenta outros projetos com grandes problemas na região, contudo, não cabe, nesta pesquisa, explicitá-los pois estão relacionados a outros setores.

3.3.3 Principais objetivos práticos

A forma como a China está lidando com a hidrelétrica demonstrou os objetivos do IED chinês no Equador. O país asiático buscou financiar inúmeras obras de infraestrutura, principalmente, no setor energético, o qual é um setor ainda em desenvolvimento no Equador. Por conta desse subdesenvolvimento, há uma necessidade dos investimentos chineses, e, devido a isso, facilitam-se esses financiamentos, resultando em uma maior abertura para a entrada da China na

economia do Equador, e, por consequência disso, uma maior dependência do país equatoriano.

A partir disso, foi possível observar uma grande quantidade de investimentos nesse setor energético, como os contratos de construção de empresas chinesas, no Equador. Entre 2010 e 2015, realizaram 11 contratos de construção em três principais áreas, contudo, sete, desses contratos, estão no setor hidrelétrico, como demonstra Cidade (2016). Dessa forma, observa-se um controle chinês sobre as fontes de energia renováveis. O objetivo chinês nesse caso é, de certo modo, expandir sua influência, no Equador, elaborando, assim, objetivos de longo prazo, pois, como visto em seções anteriores, a relação com a China inicia no começo dos anos 2000, o que resulta em mais de 10 anos de relações.

De maneira mais direta, observa-se uma sequência de investimentos, fontes de créditos, além de construções na área e em outros setores, principalmente, públicos, e, como coloca o pesquisador Alberto Costa para o BBC, a China comprou o Equador, aos poucos, nesses 10 anos de relações mais frequentes.

Em relação às energias fósseis, ocorrem alguns investimentos, mesmo que menores na quantidade. Há uma maior expressão no montante investido em relação aos investimentos no setor hidroelétrico. Os objetivos, nesse caso, foram adquirir uma quantidade expressiva de reservas para que consigam uma maior segurança energética.

3.3.4 Principais estratégias de investimento

As principais estratégias utilizadas, pela China, para investir no Equador, de acordo com o banco de dados da AEI e da Red ALC China, foram fusão & aquisição e *greenfield*, pois, no caso da EnCana e dos demais investimentos nas hidrelétricas, é possível observar o interesse chinês na construção a partir do zero, se valendo de que essa ajuda é parte do seu objetivo estatal. Já, nos setores de combustíveis fósseis, há o predomínio da compra de ativos de empresas equatorianas por empresas chinesas, como é no caso da EnCana, desse modo, apresenta uma presença maior nas principais fontes de energias não renováveis.

3.4 Investimentos Chineses em Energia no Peru

As relações, entre China e Peru, iniciam por volta de 1856, quando o país andino abre uma embaixada em Macau. Devido à alta concentração de chineses em seu país, entretanto, é somente em 2010, com o acordo de Livre Comércio, que as relações intensificam-se (CHINA, 2011).

Mais recentemente, o Peru assinou um memorando chinês sobre a nova rota da Seda, tornando-se o primeiro país na América Latina a aderir a Rota da Seda (O'GLOBO, 2019).

3.4.1 Volumes de IED chinês em energia no Peru

O Peru recebe a maior parte dos investimentos externos diretos da China, de 2005 até 2018, na área de mineração. Entretanto, entre 2010 e 2013 há um grande aumento dos investimentos em energia, na região, chegando a atingir 43,92% (LIMA, 2016, pp.177) dos investimentos chineses, e, assim, ultrapassando os 42,23% do setor de mineração no mesmo período.

Essa mudança, no caráter de investimento chinês no Peru, é devido ao interesse chinês em investir em fontes de energias fósseis e energias renováveis. No setor energético, a China investiu cerca 5.53 bilhões de dólares, entre 2005 e 2019, de acordo com dados da AEI. Dentro desses investimentos em energia, os chineses compraram a hidrelétrica da Odebrecht, por 1,4 bilhão de dólares, em 2017.

A venda da central hidrelétrica Chaglla fora vendida, pelo valor citado anteriormente, à empresa Chinesa Three Gorges Corporation, a qual liderou um consórcio para a compra da hidrelétrica, que tinha, como integrantes, a Hubei Energy Group Co. Ltd., a Ace Investment Fund e a CNIC Corporation Limited, como consta no fórum de notícias no próprio site da Odebrecht.

No setor de fontes não renováveis, a China buscou investir na mesma medida. Tem-se o exemplo de 2013, em que a CNPC, empresa estatal chinesa, comprou a filial da Petrobras, no Peru, por aproximadamente 2.6 Bilhões de dólares.

E, antes dessas aquisições, o Peru recebeu, em julho de 2003, outro investimento chinês, no setor de hidrocarbonetos, em que a CNPC comprou dois pontos de extração de petróleo da, empresa argentina, Argentine Pluspetrol. Além desse investimento, a empresa chinesa mostra interesses em continuar na região, como apresentado pelo grupo Eurasia Group (2006).

“(...) A CNPC firmou recentemente acordos de concessão com o governo peruano para explorar, desenvolver e produzir petróleo e gás natural em duas zonas da região sudeste de Madre de Dios, cobrindo uma área total de 27.500 km²” (Eurasia Group, 2016, p. 19, tradução do autor).⁹

Os dados apresentados pela AEI expõem os dois anos de maiores investimentos chineses no Estado peruano, são eles, 2013 e 2017. No primeiro ano, a China investiu aproximadamente US\$ 2,89 bilhões no Peru, montante concentrado no setor petrolífero, devido à compra da filial da Petrobras, como fora tratado anteriormente. Em 2017, houve um total de US\$ 1,50 bilhão, aproximadamente, no setor hidroelétrico, e, desse total, US\$ 1,39 bilhão foram direcionados para a compra da filial da Odebrecht no Peru.

3.4.2 Principais objetivos práticos

Neste tópico, primeiramente, abordaremos falaremos a aquisição da filial da Petrobras pela CNPC, pois, ao garantir 100% das ações, a empresa adquiriu a participação de 100% dos blocos 10, 57 e 58. De acordo com a própria CNPC, os dois primeiros blocos já estão em produção, e o terceiro estará pronto para o início da extração de petróleo em 2020.

Com essa aquisição, a China conseguiu uma parcela significativa do sétimo maior produtor de petróleo da América Latina, que tinha 741 milhões de barris de reservas comprovadas. Dessa forma, o país asiático adquiriu uma grande

⁹ “(...) CNPC has recently entered into concession agreements with the public government to explore, develop and produce oil and natural gas in two areas of south-eastern Madre de Dios, covering a total area of 27,500 km²”

quantidade de petróleo e, também, de gás natural para conseguir lucrar com as revendas dos barris e atender a sua demanda energética.

Como apresentado pelo *Eurasia Group*, a compra do bloco 8 e do bloco 1AB apresentou algo muito positivo para a inserção chinesa no Peru, principalmente, pela importância adquirida pela estatal chinesa após a compra, tornando-se a segunda maior companhia petrolífera no Peru.

“A China e a CNPC são muito ativas no setor de hidrocarbonetos do Peru há vários anos. As primeiras aquisições da CNPC foram o bloco 8 e o 1AB da Argentina Pluspetrol em janeiro de 2004 por um valor estimado de US \$ 200 milhões, tornando a empresa o segundo maior produtor de petróleo do Peru. Ambos os blocos produzem cerca de 60.000 bpd. Isso é usado principalmente para consumo doméstico, mas algumas cargas são transportadas para a China - uma média de cerca de 20.000 bpd no primeiro semestre de 2006.” (Eurasia Group, 2006, p.19, tradução do autor).¹⁰

A hidroelétrica, da filial peruana da Odebrecht, a qual recebeu financiamento 100% privado, provido pela empresa brasileira, é uma das mais importantes hidrelétricas do Peru, como a própria empresa afirma. Ela é a terceira maior hidrelétrica do país latino, com uma potência de 456 MW, gerando um total de 6% de toda energia gerada no país, apontado pela Odebrecht. Além disso, a sua barragem é a segunda mais alta do mundo. Compreende-se, então, a importância que essa usina tem para o Peru e os ganhos chineses nessa compra.

Outro possível ponto para se discutir, em relação a esses investimentos, é que possivelmente essas aquisições, para além de segurança energética, possibilitaram a entrada do país peruano no projeto chinês *Road and Belt*. Pois, como é possível observar, as relações comerciais peruanas já se concentram sobretudo no mercado chinês, ultrapassando as relações comerciais que o Peru

¹⁰ “China and CNPC have been very active in Peru's hydrocarbon sector for several years. CNPC's first acquisitions were Argentina Pluspetrol Block 8 and 1AB in January 2004 for an estimated \$ 200 million, making it the second largest oil producer in Peru. Both blocks produce about 60,000 bpd. This is mainly used for domestic consumption, but some cargo is transported to China - an average of around 20,000 bpd in the first half of 2006.”

tinha com os Estados Unidos, o qual critica fortemente a forma como a China conquistou o país latino, como apontado pelo jornal “O Globo”, onde cita, como exemplo, a visita do secretário norte-americano, Mike Pompeo, ao Peru, o qual afirmou que a intensificação nas relações, entre a região e a China, deu-se através de empréstimos predatórios.

3.4.4 Principais estratégias de investimento

No caso do Peru, é possível observar uma certa diferenciação em relação aos investimentos chineses, principalmente, devido ao pouco tempo de relações comerciais. Por mais que as relações diplomáticas tenham se iniciado antes do que as dos outros Estados latinos selecionados, somente por volta de 2004 que se tem algum investimento expressivo no setor de energia.

Devido a isso, por mais que significativos em relação à quantidade investida, os chineses têm estabelecido poucos tratados de investimentos. Sendo assim, a estratégia de investimento chinês, na região, fica bem clara, havendo a predominância de fusões & aquisições, devido às compras de empresas e fontes energéticas já construídas.

Como aponta o jornal El Economista, o Peru, juntamente, com o Brasil, concentrou um total de 71,9% dos investimentos diretos externos totais chineses na América Latina, no período de 2010 até 2013, principalmente no setor energético. Isso corrobora com a afirmativa anterior, pelo fato de, em poucos investimentos, o Peru receber uma grande quantidade do IDE chinês.

3.5 Investimentos Chineses em Energia na Venezuela

O estabelecimento das relações, entre China e Venezuela, através de meios diplomáticos, ocorreu em 1974, entretanto, somente em 1997, a China buscou interagir com o país latino de fato, quando ocorreu a vitória da CNPC no leilão para a exploração de campos petrolíferos na Venezuela, (CNPC, 2015, *apud* CIDADE, 2016, Pp. 92).

Esses Estados começam a se relacionar, efetivamente, a partir dos anos 2000, com a busca de Hugo Chávez em expandir suas parcerias, buscando uma proteção contra possíveis retaliações norte-americanas.

Devido à busca chinesa de fontes de energia, houve um encontro de interesses, entre esses Estados, resultando em um financiamento chinês na Venezuela, em 2005, de 742 milhões de dólares, de acordo com Pires (2006).

Todavia, com a morte de Chávez e a posse de Maduro, as relações, entre os dois países, foram tomadas por crises, principalmente, pelo fato da queda nos preços do petróleo, havendo, em 2016, um empréstimo de 2,2 Bilhões de dólares para a Venezuela, de acordo com o jornal *El País*, porém, nos anos seguintes, a China negou empréstimos.

Contudo, mais recentemente, no final de 2018, o presidente venezuelano viajou para a China, afirmado que as relações com o país asiático são “sólidas”, visto que há uma forte relação entre as instalações petrolíferas chinesas na região.

3.5.1 Volumes de IED chinês em energia na Venezuela

O volume de investimento externo direto chinês, na Venezuela, é o segundo maior da América Latina, com 12.67 Bilhões de dólares entre 2005 até 2019. Segundo LIMA (2016), no período de 2010 até 2013, dos 10.39 Bilhões de dólares investido na Venezuela, 75,69% ficou concentrado no setor de energia.

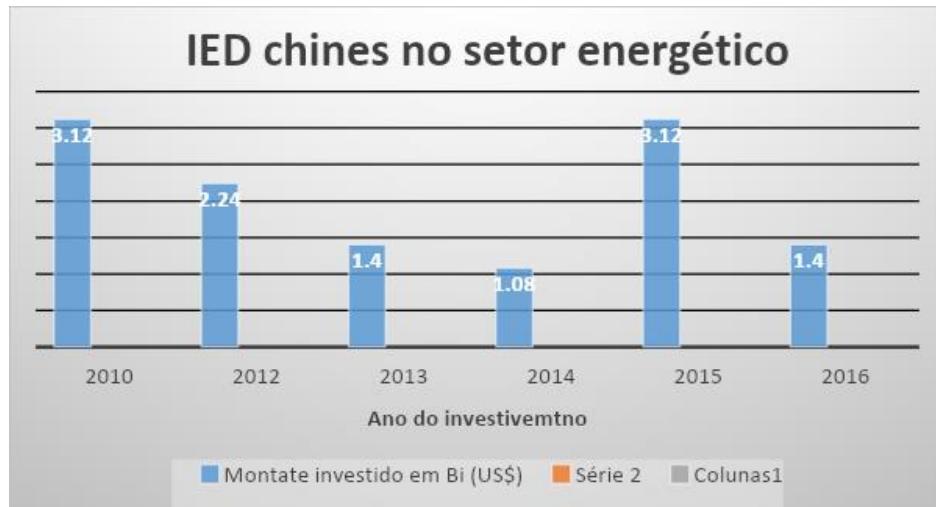
Os investimentos externos diretos chineses, na Venezuela, concentram-se, em sua maioria, no subsetor petrolífero, devido aos grandes poços de petróleos encontrados na região e à aproximação ideológica entre a China e a Venezuela.

De acordo com os dados do *American Enterprise Institute*, apresentados por Cidade (2016), entre 2005 a 2015, os investimentos chineses na Venezuela apresentaram um salto, em 2010, em relação aos anos anteriores, alcançando US\$ 3.12 Bilhões neste ano, resultados de investimentos no subsetor petrolífero.

Nos anos seguintes, há uma diminuição desses investimentos, contudo, em 2015, a Venezuela recebeu praticamente a mesma quantidade que foi investida no ano de 2010, devido à China Energy Engineering, que investiu US\$ 1.600 Bilhão,

em janeiro de 2015, e a Power Construction Corp, que investiu US\$ 1.500 Bilhão em minas de carvão.

Por mais que a China tenha cancelado empréstimos para o país Latino, ainda houve investimentos após 2016, ainda que menos que os outros dois anos retratados. Podemos, assim, destacar picos do IED chinês, na Venezuela, de acordo com a figura a seguir.



Fonte: American Enterprise Institute. Elaborado pelo autor.

Como é possível observar, há essa variação no investimento chinês, destacando-se os anos de 2010, 2012 e 2015, nos quais tiveram os maiores investimentos chineses, e todos se encontram no setor petrolífero.

3.5.2 Principais investimentos na Venezuela

De acordo com os picos de investimentos, demonstrado no ponto anterior, é possível separar alguns investimentos de cada ano, considerando o volume investido e a importância em relação às empresas envolvidas.

No ano de 2010, destacam-se dois grandes investimentos, o primeiro, que ocorreu em abril, foi o investimento dado pela CNPC com a PDVSA, ambas as partes formaram uma *joint venture* para explorar o bloco Junín 4. Esse bloco, localizado no cinturão de óleo pesado Orinoco, tem uma reserva comprovada de 8,7 bilhões de barris de óleo. O projeto assinado pela CNPC e PDVSA tem a duração de 25 anos (GIACALONE & RUIZ, 2013).

De acordo com o jornal *Euro-petrole*, o projeto tem como objetivo produzir, até o final do contrato de 25 anos, 2.9 bilhões de barris de petróleo extra pesado, para a realização dessa produção, a china afirmou que concederia um empréstimo por 10 anos.

O segundo investimento de 2010, partiu da empresa chinesa Sinohydro, a qual se baseou em acordos anteriores assinados com a PDVSA, como aponta EBELING (2010) em seu livro “*China’s Bilateral Relations with Its Principal Oil Suppliers*”, para começar a trabalhar com a usina termelétrica El Palito, a qual produz um total de 772 megawatts. Esse foi um dos principais investimentos pelo fato do seu valor, que foi, aproximadamente, US\$ 1,04 Bilhão. Nota-se que, aqui, há uma variação da característica do investimento chinês, não sendo somente no setor de hidrocarbonetos, ainda assim, são pontuais os investimentos noutras áreas.

Em 2012, destaca-se um investimento sobre os demais do mesmo ano demonstrados pela AEI, pelo fato de ser um acordo entre a estatal chinesa, a qual é a maior empresa distribuidora de energia da China, a *State Grid*, e a empresa National Electric Corp da Venezuela. As partes assinaram um acordo de transmissão de energia, no valor de US\$ 1.31 Bilhão. Contudo, de acordo com o jornal *Sina*, para a realização do projeto, faz-se necessário a construção de equipamentos de transmissão.

O ano de 2015 apresentou somente dois investimentos, contudo, ambos com um grande montante investido. O primeiro ocorreu em janeiro e foi, basicamente, para complementar o projeto de aperfeiçoamento da Rede Elétrica do Sul, construído pela CGGC, empresa chinesa, juntamente, com a Venezuelan National Power Corp e a Power Grid, esta que promoveu o projeto inicial em 2012, e, em 2014, a CGGC entrou no projeto. Contudo, o investimento só ocorreu em 2015, sendo de aproximadamente US\$ 1,62 Bilhão por parte da CGGC, para ampliar e aprimorar o projeto já discutido.

Entretanto, nesse ano, houve outro grande investimento, que partiu da empresa chinesa, Power Construction Corp, a qual possui marcas internacionais, como por exemplo, a SinoHydro e a HydroChina. O investimento na China, em

2015, foi direcionado para o subsetor de carvão, com um montante de US\$ 1.500 Bilhão, e o parceiro da transação foi a PDVSA.

Os principais investimentos se encontram quase que por inteiro no setor petrolífero, o maior investimento chinês, na região, foi no setor de transmissão de energia elétrica, demonstrando que há um certo interesse, por parte do país asiático, em um possível aumento da integração energética entre ambos os Estados.

Outro ponto a se considerar, que é mais forte na Venezuela em relação aos outros Estados analisados, diz respeito aos empréstimos e aos fundos de créditos venezuelanos, estes são patrocinados pelos bancos estatais chineses. Como forma de pagamento, tem-se a venda de barris de petróleo para a China, contudo, esse ponto não cabe nessa seção e será melhor explicado nas próximas seções.

3.5.3 Principais objetivos práticos

O modo da China investir na Venezuela é um pouco diferente em relação aos outros Estados estudados. Isso será explicado mais adiante.

Os investimentos externos diretos chineses, na Venezuela, têm como objetivo geral a segurança energética, a qual é traduzida na compra de barris de petróleo venezuelano, ou nas garantias de venda dessas mesmas compras para a China. De acordo com o boletim do IPEA, sobre “A presença dos países do BRICS na Venezuela”, de 2012, o país latino assinou um acordo de cooperação financeira de longo prazo, em 2010, o qual garantia uma linha de crédito de US\$10 Bilhões (IPEA, 2012) por 10 anos, e a moeda utilizada, pela Venezuela, para pagar seria a venda de petróleo para a China National United Oil Corporation, dessa forma, a China adquiriu uma grande garantia energética.

Além dessa situação, outro objetivo prático que levou a China a investir na Venezuela foram suas questões políticas, também pelas ideologias de ambos os países que levam a Venezuela a ser o país, da América Latina, que mantém relações políticas mais fortes com a China. Devido a esses investimentos, Maduro consegue recursos para continuar seu regime, mesmo que enfrente vários ataques dos EUA e seus parceiros, mantendo uma forte aliança com o país asiático.

De forma mais pontual, os investimentos nos blocos de petróleo venezuelano, como, por exemplo, no Junín 4, em 2010, e o Junín 10, em 2013, tiveram como objetivo expandir a produção petrolífera. No caso do Junín 10, a CNPC buscou expandir para 220.000 barris por dia, de acordo com o jornal Reuters.

Podemos destacar o acordo de transmissão de energia, acordado entre a State Grid e a Venezuelan National Power Corp, que tinha como objetivo construir uma rede elétrica no sul na Venezuela, e, consequentemente, expandindo assim o controle da empresa chinesa na América Latina, principalmente, pelo fato das linhas de transmissão e toda a infraestrutura construída serem de origem chinesa, marcando, assim, seu primeiro trabalho da região.

Com os altos financiamentos em projetos venezuelanos, além de várias parcerias com petrolíferas venezuelanas, a China tem desenvolvido um alto grau de cooperação com o país latino, dessa forma, consegue privilégios através de acordos com a importação do petróleo venezuelano e, portanto, busca atender a demandas chinesas de energia.

3.5.4 Principais estratégias de investimento

A estratégia utilizada, no caso da Venezuela, diferencia-se um pouco em relação aos outros Estados. Isso, pois, ainda que haja investimentos de perfil *greenfield*, a maior parte dos investimentos são decorrentes de financiamentos e linhas de créditos providos por bancos estatais chineses. Há uma divisão das formas utilizadas pela China para se relacionar com o Estado venezuelano. De acordo com BARROS & PINTO, no boletim do IPEA, 2012, essas formas classificam-se em três fases a primeira, de 1999 até 2001, fora chamada de “gestação”, pois, nesse período, o, então, presidente Chávez visitou Pequim, e, nesse período, estabeleceu-se, pelo Comitê Misto, o “Plano Estratégico Energético China-Venezuela (PCV) 2001-2011” (CHENG; SHI, 2008; VILLA, 2004. *Apud*. IPEA 2012).

Com o estabelecimento da PCV e a criação da Comissão Mista de Alto-Nível (CMANCV), avança-se para a segunda fase, de 2002 até 2006, chamada de “incremento na incerteza”. Nesse período, iniciou-se o aumento nas vendas de

petróleo para a China, em troca do financiamento chinês para a construção de infraestrutura no país venezuelano. Entretanto, devido à dependência da Venezuela pelos sistemas de transporte dos EUA, além do sistema de cotas da OPEP, e crises internas da PDVSA (PINTO, 2009 *apud*. IPEA, 2012), o processo de venda para a China estava lento. Contudo, no período de 2004 a 2005 estabeleceram novos projetos com as mesmas características dos anteriores, ou seja, a troca de petróleo por financiamentos.

E, por fim, na terceira fase, que inicia em 2007 e prevalece até hoje, iniciou-se com o aumento no preço do petróleo, elevando o interesse chinês no país latino, o mesmo que antes tinha considerado como parceria estratégica. Dessa forma, o financiamento chinês passou a ser direcionado para projetos em infraestrutura necessários ao desenvolvimento do setor petrolífero venezuelano, como apontam Barros e Pinto (2012) no boletim do IPEA.

Além disso, houve outros acordos de financiamento chinês para a Venezuela, sobretudo, com as mesmas características dos anteriores, dessa forma, observa-se que a principal forma utilizada, pela China, para investir na Venezuela é através de empréstimos e financiamentos, como foi apresentado.

3.6 Conclusões do Capítulo

É possível observar que os investimentos chineses seguem um padrão em relação a quando iniciou. Em todos os Estados selecionados, a China passa a ter grande importância após 2010, isso se dá, principalmente, pela necessidade, dos países latinos, de investimentos após a crise de 2008. Para isso, houve muitas quebras de barreiras, fossem elas culturais, jurídicas e econômicas, possibilitando, assim, esses investimentos.

Outro padrão percebido é que, em Estados que ainda têm poucos investimentos em energias renováveis, a China buscou utilizar estratégias *Greenfields*, ou seja, buscou investir em construções desde o início, e financiando a grande parte do projeto. Dessa forma, como foi apresentado anteriormente, há uma possibilidade de o país asiático utilizar-se dos meios econômicos para a autopromoção de uma imagem de país benéfico, entretanto, vale destacar que

esses investimentos foram de grande ajuda para o Peru assinar sua participação no projeto chinês “*Road and Belt*”. A parceria, entre China e Argentina, intensificou-se, sobretudo, pelos investimentos, principalmente, os direcionados no setor de infraestrutura, como afirma o *Think Tank*, argentino CARI, para o MercoPress.

Todavia, é possível destacar dois Estados que diferem desse padrão proposto anteriormente, são eles, o Brasil e a Venezuela. No primeiro caso, o do Brasil, comprehende-se uma menor taxa de investimentos *Greenfields*, pelo fato de que o país já tem um grau considerável de desenvolvimento, nessa área, o que leva a China a preferir o investimento na compra de uma empresa brasileira à construção e ao desenvolvimento de projetos do zero, pelo fato de que a segunda estratégia é mais cara que a primeira, além de ter mais dificuldades devido às legislações brasileiras. E, no segundo caso, da Venezuela, há uma preferência chinesa em investir nas reservas petrolíferas para garantir a segurança energética de blocos petrolíferos enormes, além de que, ao garantir a proteção da área, aumenta-se as relações entre ambos os Estados, dessa forma, a China garante um parceiro, na região, alvo de seus investimentos, o que dá a ela um certo grau de confiança para agir na América Latina.

Movimentação de IED no setor energético (2005-2018)

ESTADOS	VOLUME INVESTIDO EM BILHÕES (US\$)	REPRESENTATIVIDADE DO TOTAL (%)	PRINCIPAL SUBSETOR	ESTRATÉGIAS UTILIZADAS
ARGENTINA	11,32	46%	Petrolífero, Hidroelétrico, Eólico	<i>Greenfields</i> , Fusões & Aquisições
BRASIL	47,38	72,23%	Petrolífero, Hidroelétrico	Fusões & Aquisições
EQUADOR	7,44	57%	Hidroelétrico,	<i>Greenfields</i> , Fusões & Aquisições

			Petrolífero	
PERU	5,53	20%	Hidroelétrico	Fusões & Aquisições
VENEZUELA	12,67	63,6%	Petrolífero	Fusões & Aquisições, Financiamentos

Fonte: American Enterprise Institute (2019), RED ALC-China (2019). Elaborado pelo autor.

4. INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO CHINÊS NO SETOR DE TRANSPORTE

No presente capítulo, será discutido os investimentos externos diretos chineses, na América do Sul, considerando quatro variáveis já apresentadas no capítulo anterior, nos seguintes países: Argentina, Brasil, Equador, Peru e Venezuela. Como base de dados, foi utilizado, principalmente, os que foram expostos pelo *American Enterprise Institute* (2019) apresentados no seu rastreador de IED chinês.

4.1 Investimentos Chineses em Transporte na Argentina

4.1.1 Volumes de IED chinês transporte na Argentina

Os investimentos chineses, na Argentina, no setor de transporte, são datados, de acordo com os dados apresentados pela *The American Enterprise Institute and The Heritage Foundation* (2019), a partir de 2010, com a Sinomach, e que, ainda, é considerado o maior investimento, levando, em conta, somente o valor investido, que fora de US\$ 2,47 Bilhões, com o objetivo da reconstrução da malha ferroviária argentina.

Nos anos de 2011 e 2017, os investimentos chineses foram realizados em duas empresas automobilísticas, ambas estatais, são elas, a Chery Auto e a BYD, respectivamente. Ambas investiram no setor automobilístico, a BYD, por exemplo, investiu US\$ 100 milhões para a abertura de uma fábrica de ônibus na Argentina. No caso da Chery, o investimento foi um pouco maior, sendo de US\$ 170 milhões, a qual também buscou abrir uma fábrica, na Argentina, aproveitando-se, principalmente, da oportunidade dada pela crise mundial. A empresa asiática, instalou-se no país latino com a participação da empresa Socma, criada pelo grupo Macri, o qual é um grupo empresarial importante na Argentina.

Outrossim, o país asiático investiu mais duas vezes, no ano de 2017, ambos os investimentos se concentraram no setor ferroviário. Esses investimentos partiram da China Railway Construction, a qual investiu US\$ 2,40 Bilhões, e a Sinomach, que investiu US\$ 1,60 Bilhão. Ambos foram para o melhoramento da malha ferroviária argentina, que tem uma importante relação com essas aplicações chinesas.

Portanto, o investimento chinês, no setor de transporte, representou, no período destacado, 30% do total investido em todos os setores no mesmo período, dessa forma, o montante aplicado pela China, no setor de transporte,

fora US\$ 7,56 Bilhões, de acordo com o *think tank* norte-americano AEI, sendo baseado, principalmente, nos investimentos das estatais chinesas, Sinomach e China Railway Construction, devido à importância do subsetor ferroviário para o país asiático.

4.1.2 Principais investimentos chineses na Argentina

Nitidamente, os projetos de maior importância, na Argentina, são aqueles concentrados na malha ferroviária, sendo assim, os investimentos que ocorreram em 2010 e 2017. A importância desses projetos é dada devido ao montante aplicado, sendo, consideravelmente, maior que nos outros dois casos no mesmo setor.

Em 2010, a Argentina recebeu seu primeiro investimento, no setor de transportes, o qual foi aplicado para a reconstrução da ferrovia argentina, como afirma a empresa chinesa, esse foi o maior contrato feito, na América do Sul, com um investimento de aproximadamente US\$ 2,50 Bilhões. Essa aplicação tinha o objetivo específico de reconstruir a ferrovia de carga Belgrano, esta sendo uma das mais importantes para o país latino, e, de acordo com a Sinomach, esse projeto pode revitalizar a economia argentina.

“O projeto de reconstrução da ferrovia de carga Belgrano (Fase I) recebe apoio das comunidades financeiras dos países e dos setores governamentais. Sendo digno de quase 2,5 bilhões, o projeto é o maior projeto geral de construção contratada já realizado por uma empresa chinesa na América do Sul. É também um projeto prioritário apoiado pelo governo argentino em seu plano de recuperação econômica.” (SINOMACH, 2010, tradução do autor).¹¹

É importante destacar que esse investimento não foi aplicado por partes isoladas, assim, como outros investimentos chineses, além das parcerias entre a Sinomach e a Secretaria de Transportes da Argentina, ocorreu uma parceria entre o Banco de Desenvolvimento da China,

¹¹“The Belgrano Freight Railroad Reconstruction Project (Phase I) receives support from the country's financial communities and government sectors. Worth nearly 2.5 billion, the project is the largest overall contract construction project ever undertaken by a Chinese company in South America. It is also a priority project supported by the Argentine government in its economic recovery plan.”

a *China Export & Credit Insurance Corporation*, com o Ministério do Planejamento Federal argentino, que assinaram um acordo para o mesmo projeto, e, além de tudo, o Banco de Desenvolvimento da China assinou, com o Ministério de Assuntos Econômicos da Argentina, um acordo para o financiamento do projeto. Essa estratégia, de desenvolver co-acordos para o projeto principal, é uma ação comum para os chineses, e se repete, novamente, com os outros investimentos de 2017, tratados a seguir.

O investimento feito pela *China Railway Construction*, na Argentina, em 2017, de U\$ 2.40 Bilhões, foi direcionado para a renovação dos trilhos na Linha de San Martín, na Argentina, além de expandir a capacidade inicial dessa linha ferroviária, de 2.3 milhões de toneladas para 13 milhões, com uma projeção até 2024, como destaca o periódico chinês, *Raili Journal*. Em relação ao outro investimento da Sinomach, que ocorreu no mesmo período da aplicação anterior, ele serviu para uma expansão da linha de crédito proposta, anteriormente, de U\$ 2.47 Bilhões para U\$ 4.07 Bilhões, com um aumento de U\$ 1.60 Bilhão. Esses investimentos tinham como acordo a construção de 107 locomotivas a diesel, e 3509 vagões, de acordo com o mesmo jornal. Nota-se um interesse mais claro por parte da China em aumentar suas linhas de créditos com a Argentina, principalmente, devido à necessidade argentina em utilizar a malha ferroviária como meio para reduzir sua crise econômica.

4.1.3 Principais objetivos práticos

Em relação ao primeiro investimento da Sinomach, na Argentina, no ano de 2010, é possível observar a importância do investimento para além do montante aplicado, pois esse projeto foi o primeiro projeto da empresa, no país latino, permitindo o retorno da marca chinesa na Argentina em 2017. O investimento na ferrovia de carga Belgrano é de grande importância ao Estado sul-americano em virtude da melhora na eficiência do transporte de carga argentino.

“A assinatura do contrato para o projeto de reconstrução da ferrovia de carga Belgrano significa muito. Representa uma grande inovação para o CMEC no mercado latino-americano. Quando o projeto for concluído, a capacidade de transporte ferroviário de carga da Argentina será aprimorada, os custos de transporte serão reduzidos, assim a competitividade das exportações argentinas de produtos agrícolas poderá

ser aumentada correspondentemente.”² (SINOMACH, 2010, tradução do autor).¹²

Dessa forma, a aplicação, de 2010, pode ser considerada o principal investimento nesse setor na Argentina. Entretanto, as aplicações conjuntas da Sinomach e da *China Railway Construction* também foram importantes para a China, pois foi possível expandir a sua linha de crédito com o país latino, além de aumentar a influência do seu mercado no subsetor ferroviário, porque os vagões entregues são de produção asiática. Além de conseguir uma boa situação com a Argentina, devido ao fato desta precisar da reestruturação de sua malha ferroviária, pois é parte fundamental para o transporte de grãos, na Argentina, como aponta o Ministério dos Transportes argentino.

4.1.4 Principais estratégias de investimento

Ao contrário do que a China utilizou no outro setor estudado, e, considerando os dados apresentados pela AEI, é possível concluir que há uma alteração na estratégia utilizada. Observa-se uma busca em revitalizar as ferrovias argentinas, e em expandir a sua capacidade com mais vagões. Dessa forma, a principal estratégia utilizada foi de *Brownfield*.

Em uma menor escala, o país asiático utilizou, juntamente, com as aplicações *Brownfields*, estratégias de promover linhas de créditos, através de financiamentos e empréstimos, como foi o caso da Sinomach na Argentina. Essa estratégia tem se apresentado de maneira muito presente nos mais variáveis tipos de aplicações, dessa forma, há um certo padrão chinês em construir relações, sobretudo, econômicas com o auxílio dos seus bancos estatais.

4.2 Investimentos Chineses em Transporte no Brasil

4.2.1 Volumes de IED chinês em transporte no Brasil

Em comparação com os outros países estudados, o Brasil é o que mais recebeu investimentos em quantidade, recebendo, no total 11 aplicações, nos mais

¹² Signing the contract for the Belgrano freight railway reconstruction project means a lot. It represents a major innovation for CMEC in the Latin American market. When the project is completed, Argentina's rail freight capacity will be improved, transportation costs will be reduced, so the competitiveness of Argentine exports of agricultural products could be increased correspondingly. “

variáveis subsetores, os quais são os seguintes: automobilístico, aéreo, ferroviário e de remessa.

O subsetor que mais recebeu aplicações foi o automobilístico, com cinco aplicações, desde 2010 até 2018, de acordo com o AEI. Entretanto, as remessas receberam um investimento a menos, em relação ao anterior, enquanto, o setor automobilístico recebeu U\$ 1.5 Bilhão, correspondendo a 36,6% do total aplicado no subsetor em questão, seguido de 35,80% do subsetor de remessa, os subsetores aéreo e ferroviário representaram uma pequena parcela dos investimentos, alcançando 11,24% e 16,62%.

O total investido, no Brasil, no período analisado, foi de U\$ 4.09 Bilhões. Esse valor não é tão representativo em relação ao que foi investido no setor de energia. O setor de transportes é o terceiro setor que mais recebeu investimentos, ficando atrás do energético e do metálico, que recebeu U\$ 4.85 Bilhões. De acordo com o Conselho Empresarial Brasil-China, nos anos de 2007 a 2018, o investimento externo direto chinês focou-se em energia, alcançando a marca de 53% com U\$ 61.3 Bilhões (CEBC 2018), e o setor de transporte representou somente 4% (CEBC, 2018).

4.2.2 Principais investimentos no Brasil

Como principais investimentos, selecionamos as empresas que mais investiram no Brasil, as quais foram: a *China Merchants*, que investiu um total de U\$ 920 Milhões, no subsetor de remessas ou “*Shipping*”; posteriormente, a empresa *Didi Chuxing*, que aplicou mais de uma vez na mesma empresa, a “99Taxis”; e, por último, a empresa chinesa BYD, a qual investiu U\$ 680 Milhões no subsetor ferroviário no ano de 2019.

O investimento da *China Merchants* ocorreu no ano de 2017, focando no subsetor de remessas. A empresa asiática aplicou quase U\$ 1 Bilhão para comprar o equivalente a 90% das ações da então empresa brasileira TCP, empresa que opera o Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP), com capacidade de movimentação anual de 1,5 milhão de TEUs (medida utilizada para mensurar o tamanho de um contêiner, 1 TEUs equivale a medida de 20 pés). Contudo, a empresa chinesa já declarou que tem interesse em expandir a capacidade da TPC para aproximadamente 2,5 milhões de TEUs (Pires, Valor, 2017).

A empresa *China Merchants* é uma das maiores empresas que opera terminais de contêineres do mundo, segundo a revista Valor, movimentou, somente em 2016, acima de 95 milhões de Teus, ao considerar seus terminais e onde há participações.

A próxima aplicação, realizada pela empresa chinesa *Didi Chuxing*, foi de, aproximadamente, U\$ 700 Milhões se somado os dois anos investidos na “99Taxis”. Esse investimento, realizado pela empresa de transportes chinesa, teve como intuito a compra da *startup* brasileira. A empresa fez, em dezembro de 2016, um investimento de U\$ 100 Milhões, e, em 2018, aplicou mais U\$ 600 Milhões para comprar o aplicativo.

“A Didi Chuxing, que no ano passado comprou as últimas operações do Uber na China, afirma controlar 90% do mercado de transporte compartilhado de seu país e quase a totalidade do mercado local de reserva de táxi por celular.” (EL PAIS, 2018).

Além disso, a empresa buscou firmar parcerias com a empresa de transporte europeia “Taxify”, demonstrando o interesse em crescer, pois arrecadou U\$ 5 Bilhões, em 2017, e, só em dezembro do mesmo ano, mais U\$ 4 Bilhões.

Por fim, a empresa BYD, a que menos investiu das duas anteriores, contudo, ainda, fora um valor superior às demais, focou-se no subsetor ferroviário com o valor aplicado de U\$ 680 Milhões e ao contrário, das citadas anteriormente, esta empresa chinesa estabeleceu um contrato de construção de monotrilho marítimo em Salvador. Este projeto será o primeiro de construção ferroviária da empresa no Brasil e na América Latina (Valdes, ABIFER, 2019).

4.2.3 Principais objetivos práticos

Muitos investimentos realizados no subsetor automobilístico, principalmente, foram para a instalação de fábricas no Brasil, com o intuito de expandir o mercado chinês e a relevância das empresas automobilísticas chinesas na região. Há exemplo de aplicações que não foram para a instalação de fábricas e, sim, para a compra de empresas brasileiras, no subsetor em questão, tomaremos, como exemplo, a *Didi Chuxing*, que como fora dito, anteriormente, comprou o aplicativo “99Taxis”.

O objetivo fundamental dessa empresa chinesa é crescer e assumir, cada vez mais, um papel central no setor de transportes por aplicativo, para isso, é necessário ter o controle de outras empresas concorrentes, como, por exemplo, a “Uber”, que foi comprada pelo menos a maior parte das suas ações na China, pela *Didi Chuxing*. Devido ao fato do Brasil ter as duas cidades que mais utilizam “Uber”, empresa concorrente da chinesa, “a Didi competirá com o Uber nas grandes cidades brasileiras. Segundo a Bloomberg News, São Paulo e Rio de Janeiro são as cidades em que o Uber tem mais trajetos no mundo, seguidas pela Cidade do México” (EL PAÍS, 2018), e, considerando que a “99Taxis” foi a empresa que mais cresceu nesse subsetor, de 2016 até 2018, faz sentido considerar, também, que a aplicação chinesa, para comprar essa empresa, foi motivada, principalmente, para conseguir concorrer ao lado da empresa norte-americana no país.

O investimento em ferrovia, por parte da China, representou o resultado de parcerias anteriores com o Brasil, como a entrega de 15 ônibus elétricos para a cidade de São Paulo em 2018 (Valdes, ABIFER, 2019). Dessa forma, observa-se que a empresa chinesa tem como interesse expandir seu mercado no Brasil, e, embora seja uma empresa predominantemente automobilística, ela também atua em outros subsetores como demonstrou neste caso.

Em relação ao primeiro investimento citado, anteriormente, a aplicação realizada pela *China Merchants*, na compra da operadora de contêineres TCP, foi importante devido à grande capacidade que a TCP já tinha antes do projeto de expandir a sua atuação. Dessa forma, é possível considerar que ela é uma das maiores operadoras no Brasil (Pires, VALOR, 2017).

“Hoje o TCP tem capacidade de movimentação anual para 1,5 milhão de Teus, mas vai aumentar para quase 2,5 milhões de Teus até 2019. A ampliação é uma contrapartida à prorrogação antecipada do arrendamento – que terminaria em 2024 – por mais 25 anos, assinada em 2016 com o governo. Segundo o Valor apurou, a *China Merchants* tem interesse em crescer na região, não só no negócio de terminais de contêineres, mas também no de instalações para granéis líquidos e sólidos.” (PIRES, 2017).

É possível compreender que as empresas chinesas buscam expandir-se para o mercado brasileiro, visando os possíveis lucros, e, como no caso anterior, o

mercado consumidor, não só brasileiro como, também, da região. Ademais, procuram manter a estratégia de impedir o crescimento de empresas concorrentes, sobretudo, norte-americanas, como é o caso da empresa Uber.

4.2.4 Principais estratégias de investimento

No caso do setor de transportes, as estratégias utilizadas pela China, no Brasil, foram variadas, observa-se estratégias de utilização *Greenfield*, como no caso da grande maioria das empresas automobilísticas chinesas, que aplicaram nesse mesmo subsetor. Contudo, a maioria das aplicações foram focadas em fusões & aquisições, como foi no caso do “99Taxis”.

De acordo com a RED ALC-China, na maior parte dos investimentos gerais, foram utilizadas estratégias *Greenfield*, entretanto, se considerarmos somente os investimentos em transportes elencados pelo AEI, a maioria das aplicações se concentraram em utilizar fusões & aquisições, como afirmamos anteriormente. Dessa forma, entende-se que, em investimentos de maior custo, ou seja, com valor maior, considerando aqui o mínimo analisado pelo *Think Tank* norte-americano, de U\$ 100 Milhões, há uma alteração na estratégia utilizada, isso se dá, principalmente, pelo fato de que a China tem interesse em comprar, parte ou total, de uma empresa brasileira que valha demais e que tenha uma grande importância no setor alocado. Em vista disso, o valor expedido para a compra das suas ações é maior, contudo, ao utilizar essa estratégia, a empresa compradora ganha toda a influência que a comprada tinha, e, muitas vezes, não há necessidade de maiores custos.

4.3 Investimentos Chineses em Transporte no Equador

4.3.1 Volumes de IED chinês em transporte no Equador

Os investimentos chineses no Equador, no setor de transportes, iniciaram, sobretudo, a partir de 2005, o qual foi realizado pela Sinohydro, no subsetor de automóveis, assim como os demais investimentos no país, contabilizando um total de três, sendo o primeiro o citado anteriormente, após, em 2010, pela *Guanxi Road and Bridge*, e, mais tarde, em 2016, pela *China Communications Construction*, nos valores de U\$ 100 Milhões e de U\$ 520 Milhões, respectivamente.

Contudo, de acordo com o autor Evan Ellis, em seu livro “*China on the Ground in Latin America: Challenges for the Chinese and impact*

ts on the Region", o Equador contratou empresas chinesas para realizar projetos no seu setor de transportes, como, por exemplo, o metrô de Quito.

"As empresas de construção chinesas também têm sido cada vez mais contratadas para projetos de infraestrutura de transporte equatorianos. Isso inclui o trabalho na ponte sobre o rio *Babahoyo*, contratado pela *Guangxi Road and Bridge Engineering Corporation*, concluída em setembro de 2011, e outros projetos menores concedidos às empresas *Zhong Tie 9th Ju, TTGM International (EUA) Inc.* e *China XD Group*. Uma empresa chinesa também teria sido considerada a construção do metrô de Quito, a ser financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pela *Corporación Andina de Fomento*." (ELLIS, 2014, p. 63).

Dessa forma, observa-se que há uma atuação por parte da China no setor, entretanto, foram trabalhos inferiores, em consideração às outras aplicações citadas anteriormente. Sendo o montante dos três investimentos, no subsetor automobilístico, U\$ 1.13 Bilhão, representando o terceiro setor que mais recebeu investimentos Chineses, no período estudado, de acordo com o AEI. Contudo, ainda que tenha sido o terceiro maior setor, perdendo somente para o setor energético e metálico, a sua representação, do total investido, ainda é muito inferior aos dois primeiros, pois representou somente 8,42% de U\$ 13.05 Bilhões, segundo AEI. Dessa forma, há um certo interesse chinês no setor, contudo, ainda é pouco, esse cenário ocorre, pois as empresas chinesas não veem necessidade de desenvolver o setor de transporte equatoriano, principalmente, se considerarmos esses investimentos como acessórios para os investimentos em energia, assim, devido aos investimentos em energia, no Equador, concentrarem-se no subsetor hidrelétrico, não há necessidade e, provavelmente, não haveria lucros investir fortemente no setor de transporte.

4.3.2 Principais investimentos no Equador

Baseando-se nos dados sobre o investimento chinês no país latino, do *Think Tank* norte-americano AEI, há somente três investimentos acima de U\$ 100 Milhões, o segundo mais recente, de 2010, podemos considerar uma das principais aplicações na região, principalmente, pelo fato de envolver não somente empresas

chinesas, como também o financiamento do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID).

O investimento, de 2010, alcançou um montante de U\$ 100 Milhões, e fora realizado pela empresa chinesa *Guangxi Road & Bridge*, em parceria com o BID. A ponte mais longa, do Equador, fica localizada em Durán, e tem capacidade para 70.000 veículos leves e pesados com fluxo diário, dessa forma, permite uma redução nos custos dos transportes de 25%, e um aumento na velocidade do tráfego de 50%. Essa aplicação mostrou-se importante devido à posição favorável do BID em relação aos projetos realizados pela China na América Latina e Caribe.

O investimento mais recente foi o maior dos citados, anteriormente, realizado pela empresa chinesa CCC, de U\$ 520 Milhões. Este, que foi o primeiro projeto, entre empresas chinesas e o Equador, no setor de transportes, de acordo com a própria empresa chinesa, o investimento foi direcionado para a manutenção das estradas que dão acesso ao Aeroporto Internacional de Quito.

“Com um comprimento total de cerca de 4,6 quilômetros (incluindo duas pontes com um comprimento total de cerca de 500 metros), um investimento total de cerca de 520 milhões de dólares, um período de construção de 28 meses e um período de operação de 30 anos, o projeto será construído no modo de PPP.”³ (China Communications Construction, 2016.¹³ Tradução do autor).

Entretanto, as relações entre ambos os países não se limitam somente a essas aplicações, há muitas compras, por parte do Equador, de meios de transportes chineses, como, por exemplo, a compra, em 2009, de dois aviões chineses MA-60 (ELLIS, 2018), além de comprar para melhorar sua logística de transportes, principalmente, para utilizar na agricultura.

4.3.3 Principais objetivos práticos

A atuação chinesa nesse setor está ligada, principalmente, à participação de suas empresas para que consigam utilizar esses projetos, para estender seus mercados às outras partes dessa região.

¹³ “With a total length of about 4.6 kilometers (including two bridges with a total length of about 500 meters), a total investment of about \$ 520 million, a construction period of 28 months and a period of operation 30-year project will be built in PPP mode.”

“Em 28 de março, testemunhado por Wang Yulin, embaixador chinês no Equador; Sun Ziyu, vice-presidente da CC0; e Maurício Esteban Rodas Espinel, prefeito de Quito, CRBC e EPMMOP assinaram um acordo de cooperação para investimentos no canal que leva ao Aeroporto Internacional de Quito. Este é o primeiro acordo de cooperação para investimentos assinado por empresas chinesas e equatorianas no campo da infraestrutura de transporte.”¹⁴(China Communications Construction, 2016. Tradução do autor).

Dessa forma, observa-se uma posição muito otimista, por parte das empresas Chinesas, pois conseguiram realizar projetos de grande visibilidade para o Equador e seus vizinhos.

4.3.4 Principais estratégias de investimento

Observa-se, além disso tudo que foi exposto, também, uma preocupação menor da China em investir em transporte no Equador, dessa forma, há poucos exemplos para analisar. Porém, a partir dos exemplos apresentados anteriormente, é possível afirmar que as estratégias utilizadas pela China, no Equador, foram sobretudo duas, de *Greenfield* e *Brownfield*, focando, principalmente, na segunda, considerando que o maior valor investido foi, justamente, para a manutenção do Aeroporto Internacional de Quito.

4.4 Investimentos Chineses em Transporte no Peru

4.4.1 Volumes de IED chinês em transporte no Peru

Os investimentos chineses, no país peruano, são poucos, se considerarmos o setor de transporte, pois, como apresentado pelo AEI, houve somente uma aplicação nesse setor, acima de U\$ 100 Milhões. Ela foi a única realizada pela China Railway Construction, no valor de U\$ 370 Milhões, atingindo, sobretudo, o subsetor automobilístico no ano de 2018.

¹⁴ “On March 28, witnessed by Wang Yulin, Chinese ambassador to Ecuador; Sun Ziyu, CCO Vice President; and Maurício Esteban Rodas Espinel, Quito Mayor, CRBC and EPMMOP have signed a cooperation agreement for investments in the canal that leads to Quito International Airport. This is the first investment cooperation agreement signed by Chinese and Ecuadorian companies in the field of transportation infrastructure.”

Contudo, no início de 2019, a China fechou um acordo bilionário com o Peru, para a construção de um “megaponto”, sendo, as empresas, parte estatal chinesa, Cosco Shipping Ports Limited e a mineradora peruana Volcan. Segundo a revista “Construção Latino Americana” (CLA), o terminal portuário receberá uma aplicação de U\$ 3.2 Bilhões, e terá o propósito de concentrar a maior parte do comércio entre a China e a América do Sul.

A aplicação chinesa não se limita somente ao porto de Chancay, e, sim, a toda uma área de atividades, logísticas e operacionais, a cerca de 1,8 quilômetro do terminal, além de um túnel rodoviário para conectar à saída ao mar, de acordo com a CLA. O porto terá capacidade de receber navios de grande porte, devido à sua profundidade de 16 metros, com instalações multifuncionais, como terminais de contêineres.

“Esse megaponto compreende dois terminais especializados, dos quais um será um terminal de contêineres que incluirá 11 docas para esse tipo de carga; e outro destinado a carga a granel, carga geral e carga rolante, que terá quatro docas. A primeira etapa deste projeto, na qual a Cosco Shipping Ports concentra 60% da propriedade e a Volcan os outros 40%, será desenvolvida em uma área de 141 hectares.” (ASIALINK, 2019).

A empresa chinesa *COSCO SHIPPING Ports Limited* é uma das principais operadoras portuárias do mundo, segundo o jornal russo “*Portnews*”, e atua em cinco regiões portuárias da China, são elas: o Sudeste Asiático, Oriente Médio, Europa, América do Sul e Mar Mediterrâneo.

“Em 31 de março de 2019, a CSP operava e gerenciava 2085 berços em 37 portos em o mundo, dos quais 194 eram para contêineres, com uma capacidade de movimentação anual combinada de 108 milhões de TEU. Em termos de produtividade total em 2017, o CSP ficou em primeiro lugar no mundo pela Drewry Maritime Research. (...), a China COSCO Shipping Corporation Limited é a maior empresa de remessa integrada do mundo.” (PORTNEWS, 2019).

Entretanto, considerando o montante total apresentado pelo AEI, há somente o volume de U\$ 370 Milhões, mas, ao considerarmos o acordo com um investimento

de U\$ 3.2 Bilhões, o Peru passa a ser o terceiro país que mais recebeu investimentos chineses nesse setor da América do Sul, ficando atrás somente da Argentina, com um montante de U\$ 7.56 Bilhões, e do Brasil, com U\$ 4.09 Bilhões. Dessa forma, o total que será investido no Peru será de U\$ 3.57 Bilhões, que representa 14% no total investido no país.

4.4.2 Principais objetivos práticos

Assumindo o projeto do porto no Peru como o principal investimento chinês na região no setor de transportes, podemos listar alguns objetivos por parte do país asiáticos que motivaram o projeto, da mesma forma que é possível observar algumas motivações por parte do país latino para fechar esse acordo.

Por parte da China, há um interesse em financiar e promover grandes estruturas nos países analisados, dessa forma, entende-se que o país asiático se utiliza dessas construções para a promoção das suas empresas no meio internacional. Estratégia, esta, que não é limitada pelo setor, pois, na parte energética, mais especificamente nas aplicações em energias renováveis, é possível observar as motivações chinesas em construir parques eólicos ou hidrelétricas, por exemplo.

Além disso, a China tem buscado intensificar as relações econômicas com os países latinos, principalmente, desde o início do século XXI. Dessa forma, ao construir esse porto, é possível que o utilize de modo que consiga uma rota que a ligue, diretamente, com o país peruano, e, também, com toda a região, pois, como já foi discutido, esse porto suportará navios grandes o suficiente para realizar transações econômicas, com o Peru e com os demais parceiros da região.

Outrossim, é importante lembrar do interesse chinês em construir uma ferrovia que liga o Brasil ao Peru, a Ferrovia Transoceânica. A ferrovia terá capacidade de ligar o Atlântico com o Pacífico, por meio desses países, e, dessa forma, não haverá mais a necessidade, por parte do país asiático, em utilizar o canal do Panamá como rota, uma vez que o país latino mantém fortes relações com os EUA (ABIFER, 2019), conseguindo, dessa forma, baixar consideravelmente os custos com o transporte das mercadorias.

Com o porto, será possível transportar, de uma maneira mais rápida e eficiente, grandes quantidades de mercadorias, que serão transportadas pela ferrovia, principalmente, barris de petróleo do Brasil e de outros Estados vizinhos,

garantindo, assim, o interesse, por parte do país asiático, na segurança energética, o que possibilita um transporte seguro e rápido.

O país peruano, também, ganhará com a construção do porto em Chancay, pois o país se tornará o principal ponto de ligação entre a China e a América Latina. E o Peru não deverá ter um desenvolvimento somente na área econômica, como também no turismo e na tecnologia, devido ao desenvolvimento do projeto.

4.4.3 principais estratégias de investimento

No Peru, assim como em outros Estados citados anteriormente, há uma utilização de duas estratégias para a inserção do capital chinês no país, *Brownfield* e *greenfield*. É possível observar investimentos para o aumento ou manutenção de estruturas já construídas, como, por exemplo, a aplicação para a expansão da rodovia Huanuco para Huallanca, a qual foi realizada pela empresa chinesa *China Railway Construction*, como apresentado anteriormente. E, além disso, há investimentos para a construção de infraestruturas, ou seja, para o desenvolvimento de projetos que se baseiam somente no seu próprio capital, e, não, em alguma base já pré-construída.

Novamente, ao considerar o investimento chinês para a construção do porto, no Peru, há uma tendência chinesa em ter maior interesse nas construções *greenfield*, o que mostra uma preocupação em investir em projetos mais importantes e estratégicos, como no caso do porto peruano, que parte do zero. Uma possível análise que pode ser feita é que, ao desenvolver um projeto inteiro, o investidor o controla de forma mais eficiente, portanto, é possível que a China busque desenvolver projetos *greenfield* que são mais estratégicos, como o citado anteriormente.

4.5 Investimentos Chineses em Transporte na Venezuela

4.5.1 Volumes de IED chinês em transporte na Venezuela

O volume investido em transporte, no país latino, apresentou um total de U\$ 1 Bilhão, com base nos dados apresentados pelo AEI, dessa forma, ao compararmos com o total investido no país, que fora de U\$ 19.92 Bilhões, entre 2005 a 2019, a representatividade do total investido no setor de transporte é muito pequena, alcançando somente 5% do total. Enquanto que, em outros setores, principalmente, o energético e o governamental, a representatividade, do total, fora de 63,60 % e

18,27%, respectivamente, demonstrando, assim, que a China tem interesses mais imediatos em investir no setor energético venezuelano.

Assim como no Peru, há poucas aplicações no setor de transportes, na Venezuela, e, dessas, apenas três estavam acima de U\$ 100 Milhões, e foram listadas pelo *Think Tank*, norte americano citado anteriormente. A China realizou dois investimentos, em um mesmo ano, na Venezuela, o primeiro aconteceu em maio de 2011, o qual teve, como promotora desse investimento, a empresa automobilística chinesa Cherry, que investiu um valor de U\$ 200 Milhões. O segundo investimento foi em setembro, a *China Communication Construction* assinou um contrato de construção, com a empresa Venezuela Orinoco, em um valor de U\$ 320 Milhões. O investimento, mais recente, foi em 2014, realizado pela *Power Construction Corp* e a *Camargo Correa*, com um valor de U\$ 480 Milhões.

Portanto, é possível afirmar que os investimentos no setor de transportes venezuelano, por parte chinesa, têm como objetivo melhorias nas vias de transporte, voltadas, principalmente, para as que realizam transporte de energia, dessa forma, a China busca uma melhor eficiência na locomoção de mercadorias energéticas, que, não é tratada como foco principal no Estado em questão.

4.5.2 Principais investimentos na Venezuela

Devido aos investimentos chineses, na Venezuela, serem poucos, consideramos, em nossa análise, os três investimentos, citados anteriormente, como sendo os principais no setor de transportes, considerando por ordem de anos, do mais antigo ao mais recente.

Assim, o primeiro investimento, que ocorreu em maio de 2011, foi de U\$ 200 Milhões, feito pela Cherry, no subsector automobilístico. Esse valor foi utilizado para a construção de uma nova fábrica, na América Latina, a qual tornou-se a segunda fábrica da empresa chinesa, na América do Sul, a primeira estava no Uruguai

O segundo investimento, que ocorreu no mês de setembro, do mesmo ano, foi um contrato de construção assumido pela CCC, no valor de U\$ 320 Milhões, e estava focalizado na melhoria do transporte de minério de ferro.

"Sob o segundo contrato, no valor de US \$ 161 milhões, uma empresa chinesa realizará atividades de expansão no Porto de Palúa, em San Félix, juntamente com a melhoria de trilhos, tremonhas e elevadores de carga. O governo assinou um terceiro contrato no valor de US \$ 161 milhões com a Communications Construction para dragar o canal de navegação do rio Orinoco e melhorar a navegabilidade do rio e o transporte de ferro produzido pela indústria de minério de ferro." (MINING Technology, 2011)

Em 2014, a empresa chinesa *Power Construction Corp* fechou um contrato de construção, com a construtora venezuelana *Camargo Correa*, no subsetor automobilístico, para a construção da rodovia Santa Lucia-Kempis. (EBERLING, George, 2016). Dessa forma, observamos que os investimentos chineses atendem ao interesse do Estado chinês, em estreitar as relações com o país latino, e, também, parte dos interesses dessas empresas chinesas em fortalecer esses laços.

4.5.3 Principais objetivos práticos

No caso da Venezuela, os investimentos, no setor de transporte, atendem ao interesse de aproximar os países em questão. O Estado chinês parte de um interesse geral, com alguns objetivos específicos de cada investimento, como, por exemplo, na aplicação de 2011, em que a *Cherry* tinha como objetivo expandir sua área de atuação, na América do Sul, principalmente, devido à empresa chinesa ter apenas uma fábrica na região, em vista disso, instala uma fábrica, na Venezuela, e, mais tarde, no Brasil e em outros países.

Em relação à outra aplicação, também de 2011, o objetivo específico era o aumento na eficiência do transporte de ferro, material que é de interesse chinês, o que diminui o custo com o transporte, e, consequentemente, o custo do minério, uma vez que melhoraram os trilhos e a navegação no canal do rio Orinoco.

4.5.4 Principais estratégias de investimento

A principal estratégia de investimento, utilizada pela China na Venezuela, é o método *Brownfield*, principalmente, devido aos dois investimentos em estruturas já construídas para o melhoramento da extração e do transporte de minério de ferro, todavia, há uma aplicação pontual, por parte da *Cherry*, em *Greenfield*. Acredita-se que, em decorrência da aplicação ser para a construção de uma empresa

automobilística, mesmo que essa instalação seja importante para a expansão do mercado chinês e o estreitamento das suas relações com os países latino, é possível vê-la mais como sendo um investimento acessório do que sendo um principal.

Ainda assim, mesmo que seja possível vê-lo como um investimento acessório, é importante para o país chinês, justamente, pelo fato de que a China influencia, dessa forma, diretamente, o desenvolvimento no setor em questão, reduzindo seus custos com o transporte de mercadorias e de energia, estabelecendo outras rotas de comércio, que são ainda, pouco exploradas pelo parceiro asiático.

4.6 Conclusões do capítulo

Os investimentos chineses, no setor de transporte, são menores em relação aos investimentos, no setor de energia como apresentado anteriormente. Na América Latina, foram aplicados o equivalente a 4%, em transporte, em relação ao total (CEBC, 2018), predominando os investimentos no setor energético e mineral, os quais representaram 53% e 30% respectivamente.

A partir disso, pode-se concluir que, os investimentos, em transporte, foram utilizados, sobretudo, como uma aplicação acessória, principalmente, para melhorar o transporte de mercadorias, como barris de petróleo e minérios, para a China, diminuindo, assim, seus custos. Um exemplo é o projeto da ferrovia Transamazônica, que, se analisada em conjunto com o porto em desenvolvimento no Peru, em que se vê-, nitidamente, o interesse do país asiático na prática.

Em relação às estratégias utilizadas, para a inserção do capital externo, nos países da América Latina em questão, foram mais dispersas quando comparadas com as estratégias no setor energético, pois há uma predominância de fusões & aquisições. Contudo, essa predominância se deu, principalmente, pela ação chinesa no Brasil, tendo em vista que o país brasileiro foi o que mais recebeu aplicações, mesmo que o montante tenha sido menor que em outros países, como na Argentina. Assim, as outras estratégias, mais utilizadas, foram de *Brownfield* e *Greenfield*.

Movimentação de IED no setor de transporte (2005-2018)

ESTADOS	VOLUME INVESTIDO EM BILHÕES (US\$)	REPRESENTATIVIDAD E DO TOTAL (%)	PRINCIPAL SUBSETOR	ESTRATÉGIAS UTILIZADAS
ARGENTINA	7,56	30%	Automobilístico, Ferroviário	<i>Brownfield</i>
BRASIL	4,09	6,23%	Automobilístico e “Shipping”	<i>Greenfield, Brownfield</i>
EQUADOR	1,13	8,65%	Automobilístico	<i>Greenfields, Brownfield</i>
PERU	3,57	12,75%	Automobilístico, “Shipping”	<i>Greenfields, Brownfield</i>
VENEZUELA	1,00	5%	Automobilístico, “Shipping”.	<i>Greenfields, Brownfield</i>

Fonte: American Enterprise Institute, RED ALC-China. Elaborado pelo autor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou o Investimento Externo Direto chinês, na América do Sul, entre 2005 até 2018, considerando a abordagem de Dunning & Narula (1993), classificando se o IED chinês era *greenfield* ou *brownfield*, a partir dos seus objetivos e resultados concretos.

No primeiro capítulo, realizou-se uma revisão histórica, buscando a compreensão do que possibilitou à China desenvolver, rapidamente, sua economia, pois, como foi apresentado, ela era, no período maoísta, um Estado pouco desenvolvido tecnológica e economicamente. Tinha sua economia dominada, sobretudo, pelo setor agrário, e utilizava, principalmente, técnicas, de produção e de colheita, rudimentares.

Isso pode ser notado na Revolta dos Boxers. A derrota chinesa, para a Inglaterra, nesse período de revolta, era inevitável, pois a China não tinha tecnologia o suficiente para conseguir lutar contra a Inglaterra e seus aliados, os quais já apresentavam navios de guerra com canhões. A partir dessa derrota, o país asiático foi obrigado a se abrir para o mundo, essa situação fortaleceu, em parte de sua população, o sentimento nacionalista e xenofóbico, alcançando seu auge no período maoísta, mais especificamente, na “revolução cultural” em 1966.

Em 1911, há a instauração do regime presidencialista chinês, após expulsar a monarquia. Entretanto, em 1927, devido à repressão de uma revolução operária, por parte do Chiang Kai-Shek, líder do partido *Kuomintang*, ocorre a separação dos dois partidos, *Kuomintang* e PCC, até então, aliados, iniciando, assim, uma corrida pelo poder, que durou até 1949, e terminou com a vitória do PCC, que expulsa o *Kuomintang* para Taiwan, e instaura a República Popular da China.

Com a Morte de Mao, iniciou-se uma série de reformas propostas, por Deng Xiaoping, com o objetivo de internacionalizar suas empresas estatais e tornar a China mais atrativa para os investidores internacionais. O fator principal, que permitiu que o Estado chinês obtivesse sucesso no desenvolvimento da sua economia, através do recebimento de IED, foi o controle do próprio Estado na economia, pois houve o direcionamento dos setores de seu interesse, permitindo, assim, um desenvolvimento contínuo e controlado.

O mesmo ocorreu para a China investir em outras regiões. Ou seja, há um controle, por parte do Estado chinês, sobre quais são as prioridades para investir em outros países. Na América do Sul, observa-se as prioridades no setor de energia e de transporte, entretanto, no início do século XXI. O principal interesse era na extração de matérias-primas, e, devido às necessidades de segurança energética, houve a alteração para investir em fontes energéticas, principalmente, em fontes renováveis.

Essa alteração explica a onda de aplicações chinesas, na América do Sul, em 2010, pois, ao analisar os dados apresentados anteriormente, observa-se um pico no montante investido, de 2009 para 2010, nos casos analisados, de acordo com os dados apresentados pelo AEI (2019). É importante ressaltar que todos os setores foram afetados por esse aumento nas aplicações chinesas, contudo, não coube, neste estudo, analisar os demais setores para além do energético e do de transporte.

O aumento no setor energético representou a preocupação chinesa em assegurar fontes de energia para manter o seu desenvolvimento. Para atingir essa segurança energética, foi preciso investir em energias variáveis, ou seja, além das fontes de energia tradicionais, a China preocupou-se na aplicação de investimentos em energias renováveis.

A partir desses investimentos, em energias renováveis e não renováveis, observou-se um padrão, o qual consistiu na classificação das aplicações, isto é, em fontes de energia não renováveis, os IEDs podem ser classificados como *brownfields*, devido ao país asiático ter investido nas aquisições de poços e de empresas petrolíferas, como ocorreu na Argentina e no Peru. E em relação às aplicações em energias renováveis, ocorreu uma preocupação da China em realizar IEDs *greenfields*, essa atuação chinesa, na região, possivelmente, está relacionada à intenção do país asiático em promover sua imagem como sendo benevolente para a América do Sul, pois, além de garantir a sua segurança energética, há também um desenvolvimento no Estado receptor de *greenfield*, devido à aquisição de novas tecnologias.

Considerando o volume investido e a sua representatividade do total aplicado nos países abaixo destacados, nota-se que a China está investindo em infraestrutura novas, e, também, em compras de ativos de empresas latinas ou filiais latinas, na sua totalidade ou parcialidade. É importante destacar que, em aplicações em energias não renováveis, o Estado chinês agiu, basicamente, comprando ativos de outras empresas ou comprando outras empresas que atuam na região latina, desse modo, a China demonstra ter uma preocupação em adquirir essa energia de forma imediata, se compararmos com a estratégia utilizada nas aplicações direcionadas para energias renováveis.

Em relação ao Brasil e à Venezuela, a China atuou diferente em relação aos investimentos em energia, pois, como foi destacado anteriormente, o país asiático buscou investir em infraestruturas novas nos Estados latinos, ao que se refere a energias renováveis. Contudo, no caso brasileiro, não há necessidade de grandes investimentos *greenfields* em energia limpa, como, por exemplo, no caso da Argentina, que necessitava, devido ao projeto RenovAR, dessa forma, ocorreram algumas facilitações para receber esses investimentos. Devido ao Brasil já ter uma boa base de desenvolvimento, nesse tipo de energia, a China percebeu que tinha maiores chances em entrar nesse setor através da compra de empresas atuantes no país latino. E, no caso Venezuelano, é devido a sua área petrolífera, a qual atrai muito mais a China, que, portanto, não sente pressionada a investir em outras fontes.

Dessa forma, o país chinês constrói uma relação próxima e positiva com esses Estados, o que permite sua entrada na economia e, sobretudo, na região, expandindo sua influência e seus mercados para além das fronteiras chinesas.

No setor de transporte, o montante aplicado foi muito menor. Esse resultado explicita dois fatores, o primeiro é a expansão do mercado chinês, com a instalação de empresas na região, aproximando-se dos Estados analisados; e o segundo fator é tornar-se o transporte de energia mais eficiente, dessa forma, os IEDs, direcionados para o setor em questão, são investimentos acessórios aos demais investimentos, principalmente, o energético. Tomemos, como exemplo, a ferrovia transoceânica, juntamente, com o megaponto, no Peru, se ambas forem finalizadas, há uma grande possibilidade da China utilizar esse caminho para transportar

petróleo do Brasil e de outras áreas próximas, além de permitir que tenha um acesso barato para exportar suas mercadorias para a região.

Movimentação de IED no setor de energia e transporte (2005-2018)

Estados	Volume Investido em Bilhões (US\$)	Representatividade do total (%)	Setor	Estratégias Utilizadas
Argentina	11,32	46%	Energético	<i>Greenfields, Brownfield</i>
Argentina	7,56	30%	Transporte	<i>Brownfield</i>
Brasil	47,38	72,23%	Energético	<i>Brownfield</i>
Brasil	4,09	6,23%	Transporte	<i>Greenfield, Brownfield</i>
Equador	7,44	57%	Energético	<i>Greenfields, Brownfield</i>
Equador	1,13	8,65%	Transporte	<i>Greenfields, Brownfield</i>
Peru	5,53	20%	Energético	<i>Brownfield</i>

Peru	3,57	12,75%	Transporte	<i>Greenfields, Brownfield</i>
Venezuela	12,67	63,6%	Energético	<i>Brownfield, Financiamentos</i>
Venezuela	1,00	5%	Transporte	<i>Greenfields, Brownfield</i>

Fonte: American Enterprise Institute (2019), RED ALC-China (2019). Elaborado pelo autor.

Como é possível observar acima, a maior parte dos investimentos são direcionados para o setor energético, sendo assim, os IEDs no setor de transporte são, consideravelmente, inferiores, justificando, assim, os fatores apresentados anteriormente.

Após a análise dos principais investimentos em cada setor, e em cada Estado, elenca-se que o Estado chinês utilizou estratégias variadas para inserir seu capital na região. Os investimentos em *greenfields* resultaram em grandes estruturas, principalmente, em hidrelétricas, com o intuito de suprir a demanda de alguns dos países estudados. Os investimentos em *brownfields* resultaram em grandes compras de empresas e filiais, que atuavam nos Estados analisados, expandindo sua influência na região.

Atualmente, há várias empresas privadas na China, as quais, muitas investem fora do seu país. Essa situação é observada, principalmente, nos casos dos investimentos em transportes, por exemplo, às instalações de fábricas de empresas automobilísticas chinesas na região. Entretanto, é interessante observar que, em setores mais estratégicos, como no caso o energético, a maioria dos investimentos foram realizados por empresas estatais, por exemplo, a China Three Gorges Corporation que comprou hidrelétricas brasileiras e estatais petrolíferas que atuam em todos os Estados estudados.

Portanto, observa-se que a estratégia utilizada pela China, anteriormente, para desenvolver-se, está sendo utilizada, atualmente, para investir no exterior, ou seja, há um grande controle estatal por trás desses investimentos externos diretos, os quais são alinhados com os principais interesses estratégicos e estatais. Logo, através do seu poder econômico, há o interesse de firmar alianças estratégicas, as quais possam ajudar a manter o desenvolvimento e a ascensão chinesa no sistema internacional.

6. REFERÊNCIAS

AMAL, Mohamed; SEABRA, Fernando. Determinantes do Investimento Direto Externo (IDE) na América Latina: Uma Perspectiva Institucional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DE ANPEC, 33, 2005, Natal. **Anais**. Brasília: Economia, 2007. v. 8, p. 231 - 247. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol8/vol8n2p231_247.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE (Estados Unidos). **China Global Investment Tracker**. Disponível em: <<https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>>. Acesso em: 10 maio 2019.

ARGÜELLO, Victoria. **ESPECIAL: China y Argentina construyen cuatro parques eólicos en el este patagónico**. 2019. Disponível em: <http://spanish.xinhuanet.com/2019-04/01/c_137938819.htm>. Acesso em: 22 jul. 2019.

ASIALINK. **China y Perú suscriben acuerdo para ejecución de megapuerto de Chancay**. 2019. Disponível em: <<https://asialink.americaeconomia.com/economia-y-negocios-infraestructura/china-y-peru-suscriben-acuerdo-para-ejecucion-de-megapuerto-de-chancay>>. Acesso em: 20 out. 2019.

BAI, Jim. **CHINA'S SINOPEC BUYS OCCIDENTAL'S ARGENTINA ASSETS**. Disponível em:

<<https://www.easybourse.com/international/news/895612/chinas-sinopec-buys-occidentals-argentina-assets.html>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

BARRUCHO, Luis. **O raio-X dos investimentos da China no Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41088186>>. Acesso em: 12 set. 2019.

CELINO, D. A. B. **As zonas de desenvolvimento econômico como instrumento de políticas públicas: a estratégia de desenvolvimento econômico da China**. 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em administração) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2185/1/2006_Eduardo%20Andr%C3%A9%20de%20Brito%20Celino.pdf>. Acesso em: 08 out. 2019.

CERNE. **State Grid conclui aquisição do controle da CPFL Energia por R\$ 14,19 bilhões**. 2017. Disponível em: <<http://cerne.org.br/state-grid-conclui-aquisicao-do-controle-da-cpfl-energia-por-r-1419-bilhoes/>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

CHINA COMMUNICATIONS CONSTRUCTIONS COMPANY. **Ecuadorian airport channel investment agreement is signed by CCCC**. Disponível em: <http://en.ccccltd.cn/newscentre/businessupdate/201604/t20160406_46852.html>. Acesso em: 18 set. 2019.

CHINA, Red-alc. **MONITOR DE LA OFDI CHINA EN ALC**. 2018. Disponível em: <<http://www.redalc-china.org/monitor/>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Cronologia das relações bilaterais**. 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>>. Acesso em: 3 ago. 2019.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **Investimentos Chineses no Brasil:** O quadro brasileiro em perspectiva global. 2018. Disponível em: <<https://cebc.org.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

CUNHA, Samantha Ferreira e; XAVIER, Clésio Lourenço. Fluxos de investimento direto externo, competitividade e conteúdo tecnológico do comércio exterior da China no início do século XXI. **Revista de Economia Política**, Uberlândia, v. 30, n. 3, p.491-510, jul. 2010.

EBERLING, George G. **China's Bilateral Relations with Its Principal Oil Suppliers.** Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?id=ojpJDwAAQBAJ&pg=PR18&lpg=PR18&dq=%E2%80%9CChina%E2%80%99s+Bilateral+Relations+with+Its+Principal+Oil+Suppliers%E2%80%9D&source=bl&ots=pCAvxQ6qax&sig=ACfU3U0wCfWrKxt5csS8kOgSmBfgV1it2Q&hl=pt>>

BR&sa=X&ved=2ahUKEwiN9dDUnYTmAhXqzVkJHeD_DAsQ6AEwBnoECAoQAh#v=onepage&q=%E2%80%9CChina%E2%80%99s%20Bilateral%20Relations%20with%20Its%20Principal%20Oil%20Suppliers%E2%80%9D&f=false>. Acesso em: 23 ago. 2019.

ELLIS, Evan. **China on the Ground in Latin America:** Challenges for the Chinese and Impacts on the Region. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books/about/China_on_the_Ground_in_Latin_America.html?id=cQKxoAEACAAJ&redir_esc=y>. Acesso em: 18 out. 2019.

Embaixada da República Popular Chinesa no Brasil. **CNOOC Ltd. e empresa petrolífera argentina completam formação de joint venture no valor de US\$ 3,1 bilhões.** Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/szwx/t690041.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2019.

ESTRIN, Saul; MEYER, Klaus E. **Brownfield Acquisitions:** A Reconceptualization and Extension. 2011. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/259862867_Brownfield_Acquisitions_A_Reconceptualization_and_Extension>. Acesso em: 20 out. 2019.

EUROPÉTROLE. **China and Venezuela sign agreements on Junin-4 and a long-term financing loan.** 2010. Disponível em: <<https://www.euro-petrole.com/china-and-venezuela-sign-agreements-on-junin-4-and-a-long-term-financing-loan-n-i-4111>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China:** A New History. 2. ed. Londres: Harvard University Press, 2006.

FERNANDES, Marcelo Pereira; LEITE, Alexandre César Cunha. **Crescimento Econômico e Estabilidade política na China:** Correlação e Complementaridade. 2012. Disponível em: <http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/26_6_2012_17_14_39.pdf>. Acesso em: 03 set. 2019.

GROUP, Eurasia. **China's overseas investments in oil and gas production.** 2006. Disponível em:

<<https://www.uscc.gov/sites/default/files/Research/china's%20overseas%20investments%20in%20oil%20and%20gas%20production.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2019.

HIRATUKA, Celio. **MUDANÇAS NA ESTRATÉGIA CHINESA DE DESENVOLVIMENTO NO PERÍODO PÓS-CRISE GLOBAL E IMPACTOS**

- SOBRE A AMÉRICA LATINA.** 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482018000100203&script=sci_abstract&tlang=pt>. Acesso em: 2 out. 2019.
- IPEA. A presença dos países do BRICS na Venezuela.** 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4561/1/BEPI_n09_presenca.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2019.
- IRUJO, José María; GIL, Joaquín. Empresas chinas pagaram 772 milhões de reais em subornos para obter contratos na Venezuela.** 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/internacional/1543315819_586995.htm>. Acesso em: 13 jul. 2019.
- JONES, Jeffrey. Encana e PetroChina levam facada de US \$ 2,2 bilhões em joint venture.** 2012. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-encana-petrochina/encana-petrochina-take-2-2-billion-stab-at-joint-venture-idUSBRE8BC1E020121214>>. Acesso em: 7 set. 2019.
- JOURNAL, Raili. Argentina receives more wagons from China.** Disponível em: <<https://www.railjournal.com/regions/central-south-america/argentina-receives-more-wagons-from-china/>>. Acesso em: 14 set. 2019.
- JUSTO, Marcelo. Conheça os principais investimentos chineses na América Latina.** 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140505_investimentos_china_venezueala_fl>. Acesso em: 7 jul. 2019.
- KNOTH, Claus. Special Economic Zones and Economic Transformation:** Special Economic Zones and Economic Transformation. 2000. Disponível em: <<http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:bsz:352-opus-5013>>. Acesso em: 7 out. 2019.
- KOOP, Fermín; PIKE, Lili. China compra a maior usina solar da América Latina:** O que o megaprojeto argentino revela sobre os planos da China de investir em energia solar globalmente? 2019. Disponível em: <<https://dialogochino.net/23529-china-builds-latin-americas-largest-solar-plant/?lang=pt-br>>. Acesso em: 24 jul. 2019.
- KUPFER, David; ROCHA, Felipe Freitas da. Direções do investimento chinês no Brasil 2010-2016:** estratégia nacional ou busca de oportunidades. 2016. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/1232-CHINESE-GLOBAL-INVESTIMENT.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2019.
- LIMA, Marcos Costa. Perspectivas Asiáticas.** 2016. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ZVvJDgAAQBAJ&pg=PT104&lpg=PT104&dq=cnpc+e+sinopet+equador+2010&source=bl&ots=wzBKfYMOY_&sig=ACfU3U03W0l9MfUkUB5pzkwXvXW7MJ4TdA&hl=ptBR&sa=X&ved=2ahUKEwiep8L_8sLjAhXGJbkGHZmPB7cQ6AEwAHoECAkQAQ#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 4 jun. 2019.
- LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). BRASIL E CHINA: 40 ANOS DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS.** 2016. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/1174-brasil-e-china-40-anos.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2019.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. **Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos**. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v35n1/0101-3157-rep-35-01-00028.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MERCOPRESS. **Argentina's think tank CARI underlines the significance of China's Belt and Road forum**. Disponível em: <<https://en.mercopress.com/2019/04/20/argentina-s-think-tank-cari-underlines-the-significance-of-china-s-belt-and-road-forum>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

MORAN, Theodore. **China's Strategy to Secure Natural Resources: Risks, Dangers, and Opportunities**. 2010. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=erexDQAAQBAJ&pg=PA37&dq=Moran+2010+cnpc+e+sinopet+ecuador&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiA8avFglTmAhVlzlkKHFIBF4Q6AEILDAA#v=onepage&q=Moran%202010%20cnpc%20e%20sinopet%20ecuador&f=false>>. Acesso em: 2 set. 2019.

ODEBRECHT. **Odebrecht Latinvest conclui a venda da Central Hidrelétrica Chaglla, no Peru**. 2019. Disponível em: <<https://www.odebrecht.com/pt-br/comunicacao/noticias/odebrecht-latinvest-conclui-a-venda-da-central-hidreletrica-chaglla-no-peru>>. Acesso em: 7 jun. 2019.

O GLOBO. **Peru será o primeiro país sul-americano a aderir à Nova Rota da Seda chinesa**. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/peru-sera-primeiro-pais-sul-americano-aderir-nova-rota-da-seda-chinesa-23621347>>. Acesso em: 7 set. 2019.

PEREIRA, Renée. **Com compra de US\$ 1,2 bilhão, chinesa CTG vira a maior geradora privada do País**. 2016. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios/com-compra-de-us-1-2-bilhao-chinesa-ctg-vira-a-maior-geradora-privada-do-pais,10000081439>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

PINI, André Mendes. **A CRESCENTE PRESENÇA CHINESA NA AMÉRICA LATINA: DESAFIOS AO BRASIL**. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6473/1/BEPI_n21_Crescente.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2019.

PINTO, Lúcio Flávio. **A China no Equador**. 2017. Disponível em: <<https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2017/02/24/a-china-no-equador/>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

PIRES, Fernanda. **China Port paga R\$ 2,9 bilhões por 90% do TCP e desembarca no Brasil**. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2017/09/03/china-port-paga-r-29-bilhoes-por-90-do-tcp-e-desembarca-no-brasil.ghml>>. Acesso em: 17 out. 2019

RODRIGUES, Bernardo Salgado; HENDLER, Bruno. Investimento externo chinês na América Latina e no Sudeste Asiático: uma análise de escopo, valores e setores-alvo. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p.5-25, dez. 2018. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/16174>>
. Acesso em: 20 maio 2019.

ROSALES, Rodrigo A. **Brasil y Perú acaparan la IED china en América Latina.** 2015. Disponível em: <<https://www.eleconomista.com.mx/economia/Brasil-y-Peru-acaparan-la-IED-china-en-America-Latina-20150215-0102.html>>. Acesso em: 12 set. 2019

RUTGERS, John H. Dunning; NARULA, Rajneesh. **TRANSPACIFIC FOREIGN DIRECT INVESTMENT AND THE INVESTMENT DEVELOPMENT PATH: THE RECORD ASSESSED.** 1993. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/713688313>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SÁ, Marcelo Morgado de. **DETERMINANTES DO INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO (IDE) NO BRASIL: UMA ANÁLISE GRAVITACIONAL.** 2006. 81 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/88238/224778.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 out. 2019.

SINOMACH. **CMEC Signs China's Largest Engineering Contract in South America.** Disponível em: <http://www.sinomach.com.cn/en/MediaCenter/News/201412/t20141209_21844.html>. Acesso em: 13 set. 2019.

TECHNOLOGY, Mining. **Venezuela signs cooperation agreements with Chinese firms.** Disponível em: <<https://www.mining-technology.com/uncategorised/news129258-html>>. Acesso em: 5 out. 2018.

VALDES, Alexandre. **Ferrovia Transoceânica deveria ser projeto de Estado.** 2019. Disponível em: <<https://abifer.org.br/ferrovia-transoceânica-deveria-ser-projeto-de-estado-diz-especialista/>>. Acesso em: 20 out. 2019.

VALDES, Alexandre. **Chinesa BYD construirá monotrilho marítimo em Salvador.** Disponível em: <<https://abifer.org.br/chinesa-byd-construirá-monotrilho-marítimo-em-salvador/>>. Acesso em: 17 set. 2019.

VIRMOND, Andréia. **O Capital Externo e Transição Econômica na China:** uma análise do Investimento Externo na China Continental. 2008. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/9a7f/51be9a1d776cc9bb6a709ed85683feb0fa9.pdf?_ga=2.130479951.1774656160.1574619761-1349337408.1574619761>. Acesso em: 18 out. 2019.

WALLIS, Daniel. **CNPC to help develop Junin 10 project in Venezuela.** 2013. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/venezuela-cnpc-idUSL2N0HE13520130918>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

WHITAKER, Paulo. **99, um unicórnio brasileiro para desafiar o Uber.** 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/04/economia/1515085467_058698.html>. Acesso em: 17 set. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

